

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIA JÚLIA FREITAS DE PAIVA SILVA

**DESVELANDO ESTEREÓTIPOS E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE DAS
FONTES PRIMÁRIAS NO RJTV1**

**VOLTA REDONDA
2024**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DESVELANDO ESTEREÓTIPOS E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE DAS
FONTES PRIMÁRIAS NO RJTV1**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo do UniFOA como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aluno: Maria Júlia Freitas de Paiva Silva

Prof. Dr.: Eduardo de Oliveira

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
Desvelando estereótipo e desigualdades: uma análise das frutas no RJTV
elaborado por Maria Júlia Freitas
apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão
do Curso de Jornalismo.

Aprovado em 20 de nov. de 24.

Banca Avaliadora:

Eduardo M. Oliveira

Professor(a) orientador(a) – Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira, Doutor, UniFoa

Rebecca

Professor(a) avaliador(a) – Rebeca Baltazar Chave, Mestre, UniFoa

Edifberto

Professor(a) avaliador(a) – Edifberto Venturelli, Mestre, UniFoa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, cuja presença em minha vida me dá a força, a sabedoria e a resiliência para enfrentar cada desafio. Sem Ele, nada disso teria sido possível. Agradeço a minha mãe Ester e meu padrasto Paulo, por todo o esforço, dedicação e amor que tornaram possível a realização deste sonho. É graças a vocês que hoje concluo esta etapa tão importante da minha vida, com o coração cheio de gratidão.

A toda minha família pelo apoio, pelas risadas e pela força que sempre me deram ao longo desta jornada. Às minhas amigas, que acreditaram em mim mesmo nos momentos em que duvidei de mim mesma. Vocês são meu alicerce emocional e minhas cúmplices nos desafios e conquistas. E a todos aqueles a quem este trabalho possa ajudar ou inspirar, de alguma forma. Que os frutos desta pesquisa contribuam para um futuro mais justo e representativo. Este trabalho é, sobretudo, uma homenagem a todos que fazem parte da minha história e da minha caminhada.

Resumo:

Esta monografia analisa a falta de representação da população negra nas fontes primárias em cargos de destaque e relevância da no *RJTV 1ª Edição*, telejornal regional de grande audiência da Rede Globo. A pesquisa investiga como a escolha de fontes e as práticas editoriais influenciam a invisibilização e a estereotipação das vozes negras, perpetuando uma narrativa que desconsidera a diversidade e reforça o racismo estrutural. Com base em análise de conteúdo e crítica das narrativas midiáticas, o estudo revela que a predominância de fontes primárias brancas e a ausência de jornalistas negros em posições de destaque resultam em uma cobertura limitada, que reforça estigmas e exclui perspectivas negras. O trabalho propõe mudanças editoriais para promover uma representação mais justa e inclusiva da população negra na mídia.

Palavras-chave: telejornalismo; representatividade; população negra; racismo estrutural; RJTV.

Abstract:

This monograph analyzes the lack of representation of the black population in primary sources in prominent and relevant positions on RJTV 1st Edition, a regional news program with a large audience on Rede Globo. The research investigates how the choice of sources and editorial practices influence the invisibility and stereotyping of black voices, perpetuating a narrative that disregards diversity and reinforces structural racism. Based on content analysis and criticism of media narratives, the study reveals that the predominance of white primary sources and the absence of black journalists in prominent positions result in limited coverage, which reinforces stigmas and excludes black perspectives. The work proposes editorial changes to promote a fairer and more inclusive representation of the black population in the media.

Keywords: television journalism; representativeness; black population; structural racism; RJTV.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 - POPULAÇÃO NEGRA NO CONTEXTO HEGEMÔNICO BRASILEIRO.....	9
1.1 CONCEITO DE HEGEMONIA.....	9
1.2 BREVE HISTÓRICO DA CHEGADA DOS AFRICANOS AO BRASIL	12
1.3 CONSTRUÇÃO DA CRENÇA NA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA...	15
2. A REPRESENTAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO.....	19
2.1 A INVISIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA MÍDIA.....	19
2.2 A ESTEREOTIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA MÍDIA	22
2.3 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA.....	25
2.4 TÉCNICAS DE REPORTAGEM E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES NO TELEJORNALISMO.....	28
3 – TELEJORNALISMO BRASILEIRO E O RJTV 1ª EDIÇÃO	32
3.1 BREVE HISTÓRICO DO TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	35
3.2 DESCRITIVO DO OBJETO: O RJTV 1ª EDIÇÃO	38
3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE FONTES NO RJTV 1ª EDIÇÃO	43
3.4 ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DAS FONTES NO RJTV 1ª EDIÇÃO...	44
3.5 A INSERÇÃO DE JORNALISTAS NEGROS NA TELEVISÃO.....	47
4 - ANÁLISE QUANTITATIVA DAS FONTES NO RJTV 1ª EDIÇÃO COSTA VERDE.....	40
4.1 METODOLOGIA DA ANÁLISE.....	40
4.2 ANÁLISE POR DIA DE TRANSMISSÃO.....	41
4.2.1 DIA 7 DE OUTUBRO DE 2024.....	41
4.2.2 DIA 8 DE OUTUBRO DE 2024.....	42
4.2.3 DIA 9 DE OUTUBRO DE 2024.....	44
4.2.4 DIA 10 DE OUTUBRO DE 2024.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

O telejornalismo brasileiro ocupa um lugar central na formação da opinião pública, sendo também um reflexo das estruturas sociais que moldam a representatividade em nossa sociedade. Esta pesquisa busca explorar como o RJTV 1ª Edição aborda questões de representatividade racial, concentrando-se na análise das fontes primárias utilizadas em suas reportagens. A investigação parte do pressuposto de que as escolhas editoriais não apenas refletem preconceitos históricos, mas também contribuem para a perpetuação de estereótipos e desigualdades estruturais. A metodologia adotada combina análise qualitativa e quantitativa. Por meio de uma observação detalhada de edições selecionadas do telejornal, foi possível identificar padrões de escolha de fontes e suas implicações para a narrativa midiática. Adicionalmente, revisões bibliográficas fundamentaram as reflexões críticas, ampliando o entendimento sobre as práticas jornalísticas e os desafios da inclusão no telejornalismo. O trabalho está estruturado em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto histórico e social da população negra no Brasil, analisando conceitos como hegemonia cultural e a construção do mito da igualdade racial. O segundo capítulo discute a representação dos afrodescendentes no telejornalismo, abordando invisibilização, estereótipos e violência institucional. Além disso, destaca as técnicas de reportagem e critérios de seleção de fontes. No terceiro capítulo, foca-se no objeto de estudo, o RJTV 1ª Edição, traçando um panorama de seu histórico, estrutura editorial e os padrões de representatividade das fontes. Por fim, o quarto capítulo apresenta os resultados da análise quantitativa e qualitativa das edições do RJTV 1ª Edição, com destaque para o papel das fontes e a representatividade racial. Ao final, este trabalho propõe reflexões e sugestões práticas para uma maior inclusão e justiça representativa na mídia televisiva brasileira, contribuindo para um telejornalismo que reflita com mais precisão a diversidade e complexidade da sociedade brasileira.

1 - POPULAÇÃO NEGRA NO CONTEXTO HEGEMÔNICO BRASILEIRO

1.1 CONCEITO DE HEGEMONIA

A hegemonia é um conceito fundamental para a análise das relações de poder e cultura em sociedades que se estruturam de maneira hierárquica e desigual. Antonio Gramsci, um dos mais influentes pensadores marxistas do século XX, descreveu a hegemonia como o modo pelo qual uma classe dominante exerce seu controle não apenas pela coerção física, mas pela construção de um consenso cultural e moral (GRAMSCI, 1971). Para Gramsci, esse controle hegemônico é sustentado por instituições que legitimam e naturalizam valores e ideais, fazendo com que sejam amplamente aceitos e até internalizados pela sociedade como “comuns” ou “naturais”. Em outras palavras, a hegemonia representa a capacidade de uma classe dominante de moldar a mentalidade e as práticas sociais de tal forma que seus interesses específicos são percebidos como universais e inquestionáveis.

No contexto brasileiro, a hegemonia cultural branca é central para entender a formação da identidade nacional e a estruturação das relações sociais. Essa hegemonia, que privilegia as normas e valores associados à branquitude, não é apenas um reflexo da colonização, mas é constantemente reforçada e reproduzida por instituições como a mídia, o sistema educacional e a própria cultura popular. É uma hegemonia que não apenas dita quais valores e modos de vida são dignos de aspiração, mas que também marginaliza e estigmatiza outras identidades e culturas. Silva (2006) argumenta que essa hegemonia branca é mantida pela representação estereotipada ou, muitas vezes, pela completa invisibilização das culturas e identidades afro-brasileiras, que são relegadas aos papéis periféricos ou, na melhor das hipóteses, exóticos.

A mídia, em especial, exerce um papel crucial na perpetuação dessa hegemonia cultural branca. Como veículo de comunicação de massa, ela não apenas espelha a sociedade, mas atua como um dos principais meios para disseminar e reforçar normas culturais e sociais. Essa função da mídia é apontada por Hall (1997), que defende que a mídia constrói realidades ao selecionar e interpretar os fatos de maneira a atender interesses específicos. Ao predominar as representações de brancos nos telejornais e reduzir a presença negra a papéis estereotipados – como os de marginalidade, violência ou pobreza – a mídia perpetua a percepção de que a

branquitude é o padrão, e tudo que se desvia dessa norma é passível de exclusão ou suspeita (HALL, 1997). Isso cria, como apontado por Munanga (2004), um “mito da democracia racial”, onde se imagina que o Brasil é um país livre de discriminação racial enquanto, na prática, exclui e estigmatiza a população negra.

Outro autor relevante para essa discussão é Pierre Bourdieu, que em suas análises sobre o poder simbólico e a dominação cultural, destaca que a mídia age como um “campo” onde se reproduzem as desigualdades sociais e culturais. Bourdieu (1997) argumenta que o poder simbólico da mídia reside na sua capacidade de legitimar certas narrativas enquanto marginaliza outras, reforçando assim as estruturas de dominação e exclusão. Em consonância com essa ideia, Bourdieu nos ajuda a entender como a representação majoritária da branquitude na mídia, incluindo o telejornalismo, não é neutra, mas carrega uma intencionalidade que promove e naturaliza um imaginário social excludente e hierárquico, invisibilizando os sujeitos que não correspondem a essa norma.

Essa estrutura de poder na mídia pode ser observada com clareza no contexto do telejornalismo brasileiro. O controle sobre quem é visto e como é visto define as representações sociais e as hierarquias implícitas. Embora o Brasil seja uma sociedade racialmente diversa, a representação das pessoas negras no telejornalismo é restrita e marcada por estereótipos que, conforme argumenta Gomes (2015), contribuem para a desumanização e para a exclusão dos afro-brasileiros. Ao passo que pessoas brancas são frequentemente retratadas em posições de autoridade e respeito – como médicos, professores e especialistas – as pessoas negras são usualmente associadas a pautas de violência e pobreza, reforçando, portanto, uma narrativa de marginalização que impacta diretamente a construção da autoestima e da identidade pública da população negra (GOMES, 2015).

Nesse sentido, a mídia brasileira funciona como uma poderosa ferramenta de perpetuação do racismo estrutural, fenômeno estudado por autores como Munanga (2004) e Nogueira (2019). Esses autores exploram como o racismo estrutural se manifesta na exclusão sistemática da população negra de espaços de poder e visibilidade, como o telejornalismo. Ao estruturar uma narrativa onde a presença negra é condicionada a papéis periféricos e a estereótipos de criminalidade, a mídia reforça uma concepção de inferioridade e desumanização. Segundo Nogueira (2019), essa exclusão não é apenas simbólica, mas reverbera em áreas como o mercado de

trabalho e o sistema educacional, onde a falta de representatividade reforça a falta de oportunidades para a população negra.

Para além da representação, o modo como as narrativas são construídas também contribui para a manutenção da hegemonia branca. Nos telejornais, como o RJTV, a escolha das fontes de informação e dos especialistas entrevistados reflete uma estrutura de poder que exclui a diversidade racial do quadro de autoridades respeitadas. Segundo o estudo Perfil Racial da Imprensa Brasileira realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2019, apenas 6,7% dos jornalistas das grandes redações do Brasil se autodeclaram pretos ou pardos, contrastando com mais de 50% da população brasileira que se identifica como negra, conforme dados do IBGE (2022).

Essa desproporção reflete diretamente na seleção das fontes: especialistas brancos dominam os espaços de fala em pautas de prestígio, como economia, saúde e política. Além disso, um levantamento feito por Santos e Almeida (2019) sobre a representatividade nas mídias mostrou que apenas 2% das fontes consultadas em matérias de ciência e tecnologia eram negras, enquanto em pautas relacionadas à violência urbana, esse número sobe para 68% quando associadas a suspeitos ou vítimas. Esses dados ilustram a prevalência de estereótipos que reforçam uma narrativa de exclusão racial. A literatura também aponta para um tratamento diferenciado em relação a especialistas negros. De acordo com o estudo de Gomes (2015), jornalistas frequentemente adotam uma postura mais desconfiada ou agressiva ao entrevistar profissionais negros, refletindo preconceitos implícitos que desvalorizam suas competências.

Esse fenômeno é analisado por Araújo (2018), que demonstra como a escolha de quem fala e sobre o que se torna uma ferramenta de exclusão sutil e eficaz, contribuindo para uma visão de mundo na qual as pessoas negras são vistas como menos capacitadas ou menos dignas de confiança.

A hegemonia cultural branca se manifesta, assim, como uma força invisível, mas palpável, que mantém as estruturas de poder e privilégio em sociedades marcadas por desigualdades raciais. Essa hegemonia, que define o que é normal e aceitável, marginaliza qualquer expressão que não corresponda à branquitude. Na televisão brasileira, a falta de representatividade negra em posições de autoridade e a reprodução constante de estereótipos reforçam essa exclusão, contribuindo para o

enraizamento de uma hierarquia racial. Como observam Butler (2004) e Mbembe (2018), a representação não é apenas uma questão de visibilidade, mas de reconhecimento e dignidade.

1.2 BREVE HISTÓRICO DA CHEGADA DOS AFRICANOS AO BRASIL

A história da chegada dos africanos ao Brasil é marcada por uma trajetória de brutal exploração e de desumanização sistemática. A partir do século XVI, com a chegada dos portugueses, deu-se início a um dos maiores e mais longos processos de tráfico de pessoas escravizadas da história moderna. Milhões de africanos foram arrancados de suas terras, separados de suas famílias e forçados a embarcar em condições abjetas nas naus negreiras, onde as taxas de mortalidade eram altíssimas devido à superlotação, à insalubridade e à fome. As travessias duravam semanas, às vezes meses, e muitos não resistiam. Esse sistema de tráfico transatlântico tornou-se uma máquina de exploração que, durante séculos, alimentou a economia colonial brasileira, principalmente no cultivo de açúcar no nordeste e, posteriormente, na mineração nas regiões das Minas Gerais e do Centro-Oeste (RODRIGUES, 2013).

O Brasil foi o maior destino de africanos escravizados durante o período colonial, recebendo cerca de 40% de todos os africanos traficados para as Américas, totalizando mais de quatro milhões de pessoas (ALBUQUERQUE, 2008). Os africanos, ao chegarem, eram considerados propriedades, numerados e rotulados como "peças", em uma redução brutal de sua condição humana. Suas culturas, religiões e línguas foram sistematicamente reprimidas pelos senhores de escravos e pela Igreja, numa tentativa de suprimir suas identidades e assimilá-los forçosamente à cultura dominante portuguesa. A resistência, entretanto, nunca deixou de existir; foi expressa em revoltas, em fugas organizadas e na preservação, clandestina, de rituais e tradições ancestrais que se tornaram fundamentais para a formação da cultura afro-brasileira.

O Quilombo dos Palmares, um dos maiores símbolos de resistência afro-brasileira, foi um exemplo emblemático dessa luta pela autonomia e pela liberdade. Localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, Palmares foi, durante quase um século, um refúgio para milhares de escravizados fugidos, indígenas e brancos marginalizados, que buscavam escapar das opressões impostas pelo sistema

colonial. Sob a liderança de figuras como Ganga Zumba e, posteriormente, Zumbi, Palmares organizou-se como uma sociedade autônoma e multicultural que desafiou o regime escravagista. Resistiu a inúmeras investidas militares até ser finalmente destruído em 1694 (NASCIMENTO, 1990). A história de Palmares representa não apenas a luta contra a escravidão, mas também a formação de um espaço de resistência e de construção coletiva que inspiraria gerações futuras.

Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, a estrutura social e econômica construída sobre séculos de exploração racial não foi desmontada. A Lei Áurea, que pôs fim à escravidão no papel, foi uma conquista histórica, mas, conforme argumenta França (2002), foi insuficiente para assegurar a inclusão social e econômica da população negra. Não foram implementadas políticas públicas para promover a redistribuição de terras ou a reinserção dos libertos no mercado de trabalho formal. Ao contrário, a sociedade brasileira rapidamente substituiu a mão de obra escrava negra por trabalhadores imigrantes europeus, fortalecendo a exclusão dos afrodescendentes, que ficaram relegados às margens da economia, em ocupações precarizadas e sem direitos.

A "liberdade" concedida pela Lei Áurea revelou-se, assim, como uma liberdade limitada, marcada por restrições que perpetuaram a subordinação econômica e social dos negros. A falta de políticas de reparação e de inserção social para os ex-escravizados gerou um ciclo de exclusão que continua a ecoar nos dias atuais, onde as desigualdades estruturais entre brancos e negros ainda são evidentes. A abolição sem reparações ou políticas inclusivas deixou, na verdade, uma população inteira à mercê da própria sorte, sem acesso a direitos básicos como terra, moradia e educação (FRANÇA, 2002). Com isso, foram criadas as bases para uma sociedade desigual, onde as marcas do passado escravocrata ainda permeiam o cotidiano.

Essa exclusão pós-abolição se consolidou como um dos elementos centrais do racismo estrutural no Brasil, perpetuando estigmas e restringindo o acesso dos afrodescendentes a oportunidades de ascensão social e econômica. A marginalização, no entanto, não se deu apenas no campo material. A cultura negra continuou a ser estigmatizada, e a discriminação racial foi mantida de maneira velada, sobretudo através da construção do mito da democracia racial. Essa ideologia, defendida por autores como Gilberto Freyre na primeira metade do século XX, sugeria que a miscigenação teria gerado uma harmonia racial única no Brasil (FREYRE,

2006). No entanto, muitos teóricos contemporâneos, como Munanga (2004), argumentam que essa ideia serviu, em grande parte, para mascarar as desigualdades e para minimizar a luta contra o racismo.

Ao longo do século XX, a população negra continuou a resistir e a afirmar sua identidade por meio de movimentos culturais e sociais. Desde o surgimento das associações de negros e clubes sociais, passando pelo Movimento Negro Unificado (MNU) nos anos 1970, até as políticas afirmativas contemporâneas, a luta pela igualdade e pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira consolidou-se como um movimento de resistência à opressão histórica. No campo das artes, por exemplo, o samba, a capoeira e as religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda emergiram como expressões culturais que desafiaram as tentativas de assimilação e silenciamento, reivindicando o espaço negro na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2018).

Hoje, o impacto duradouro desse período ainda se manifesta nas disparidades sociais, econômicas e educacionais entre brancos e negros no Brasil. Estudos como os de Almeida (2019) e Silva (2006) indicam que a população negra ainda enfrenta barreiras significativas em relação à inserção no mercado de trabalho formal, ao acesso à educação de qualidade e à representação nos espaços de poder e influência. Essas desigualdades não são naturais, mas são, de fato, a continuidade das estruturas e políticas que nunca foram plenamente reformadas desde o fim da escravidão. Como argumenta Gonzalez (1984), o racismo brasileiro é marcado pela "sutileza perversa" de uma exclusão que se esconde sob o véu da cordialidade e do mito da democracia racial.

A compreensão da história da chegada e da resistência dos africanos no Brasil, portanto, é fundamental para desvelar as estruturas de desigualdade que ainda permeiam a sociedade brasileira. Essa trajetória histórica de opressão e resiliência não apenas construiu a base da cultura e da identidade afro-brasileira, mas também revelou a importância da luta contínua contra o racismo estrutural. A inclusão das perspectivas da teoria colonial e decolonial nessa análise, como propõe Quijano (2021), destaca como o colonialismo produziu e reproduziu hierarquias raciais que moldaram as estruturas sociais e narrativas midiáticas. Reconhecer essas raízes é essencial para desafiar as narrativas excludentes que ainda persistem na mídia e nas

instituições brasileiras, possibilitando a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

1.3 CONSTRUÇÃO DA CRENÇA NA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

A ideia de democracia racial no Brasil foi introduzida como uma narrativa que projetava o país como um modelo de harmonia entre as raças, uma nação onde a convivência pacífica entre diferentes etnias teria sido conquistada pelo cruzamento racial e pela superação das barreiras coloniais. A teoria foi popularizada nas primeiras décadas do século XX, mas suas raízes e impacto revelam uma construção política e ideológica poderosa, que mascarava as reais desigualdades e os conflitos raciais profundos na sociedade brasileira. Conforme argumenta Fausto (1999), a democracia racial foi, na verdade, um mito criado para ocultar o racismo estrutural e minimizar as consequências de séculos de escravidão. Ao apresentar uma imagem de unidade racial, a teoria da democracia racial foi utilizada pelas elites intelectuais e políticas como uma forma de projetar uma imagem positiva do Brasil, ao mesmo tempo em que mantinha a hierarquia racial subjacente que beneficiava os brancos em detrimento dos negros e pardos.

A sustentação dessa narrativa promovia a ideia de que o Brasil havia superado o racismo e alcançado uma convivência harmoniosa entre os descendentes dos colonizadores, dos africanos escravizados e dos povos indígenas, diferentemente de países como os Estados Unidos, onde o racismo era amplamente reconhecido. Segundo Silva (2010), essa visão idealizada foi amplamente usada para desviar o foco das desigualdades raciais e da discriminação persistente, promovendo a ideia de que as diferenças étnicas haviam sido "superadas" pela miscigenação. Contudo, essa narrativa não apenas obscureceu as disparidades econômicas e sociais, mas também ofereceu uma justificativa conveniente para que as elites evitassem a responsabilidade de enfrentar diretamente o racismo e implementar políticas públicas que favorecessem a inclusão racial.

A figura central para a disseminação dessa concepção foi o sociólogo Gilberto Freyre, com sua obra "Casa-Grande & Senzala" (1933), que teorizava sobre o suposto caráter positivo da miscigenação brasileira e a conseqüente tolerância racial. Freyre

exaltava a mestiçagem como um traço único da sociedade brasileira, que permitia uma convivência pacífica e harmoniosa entre brancos, negros e indígenas, o que ele entendia como um aspecto diferencial do Brasil em relação a outras sociedades coloniais. Freyre sustentava que a miscigenação teria dado origem a uma cultura híbrida, onde os traços de diferentes etnias foram combinados em um processo criador e pacífico, projetando uma identidade nacional orgulhosamente mestiça (FREYRE, 2006). No entanto, como observa Moura (1988), Freyre, ao romantizar as relações entre escravizadores e escravizados, negligenciava as violências físicas, psicológicas e simbólicas que estruturaram o Brasil colonial e que permaneciam presentes em sua sociedade contemporânea.

A crítica à ideia de democracia racial surge de estudos que revelam como essa narrativa ajudou a manter a desigualdade racial ao desviar a atenção das questões estruturais. Autores como Lima (2005) argumentam que, ao idealizar a convivência racial no Brasil, a democracia racial invisibilizou as verdadeiras condições de vida e a exclusão sistemática da população negra. Ao promover a imagem de uma sociedade "sem conflitos", o mito da democracia racial esvaziava o espaço para o debate sobre racismo e legitimava a marginalização dos afrodescendentes, que, apesar de sua importância histórica e cultural, continuavam a enfrentar exclusão econômica, social e política. Assim, ao invés de promover inclusão, a democracia racial operava como uma força de manutenção do status quo, consolidando as desigualdades enquanto cultivava a ilusão de igualdade racial.

Essa visão idealizada da miscigenação como caminho para a harmonia racial também é criticada por Florestan Fernandes (1978), que analisou o racismo no Brasil como um fenômeno estrutural. Fernandes refutava a ideia de que a miscigenação resolveria o problema racial e defendia que, ao contrário, a estrutura de classes e as relações de poder no Brasil reproduziam as hierarquias raciais. Para Fernandes, a democracia racial era uma construção conveniente das elites brasileiras, que impediam o enfrentamento real das questões raciais ao alegar que a integração e a "fluidez" racial já haviam sido alcançadas. Essa construção de uma "harmonia" racial era, na verdade, um obstáculo para que se reconhecessem os problemas de racismo no Brasil, os quais, de acordo com Fernandes, deveriam ser tratados com políticas públicas eficazes e transformadoras (FERNANDES, 1978).

A perspectiva de que a democracia racial serviu como uma ferramenta de controle social e manipulação ideológica é aprofundada por Gonzalez (1984). Segundo a autora, o mito da democracia racial enfraqueceu os movimentos de resistência negra, já que a sociedade brasileira se autoabsolveu da responsabilidade de lidar com o racismo estrutural, negando sua existência. Gonzalez afirma que essa narrativa construiu um cenário onde as lutas e reivindicações dos negros eram vistas como algo "desnecessário" ou "exagerado", o que serviu para desmobilizar a busca por direitos e perpetuar a marginalização da população negra. Dessa forma, o mito da democracia racial operava também como uma violência simbólica, que excluía o negro das narrativas oficiais e reforçava a subalternização.

A manutenção desse mito trouxe consequências diretas para a implementação (ou ausência) de políticas públicas que buscassem corrigir as assimetrias raciais. Durante a maior parte do século XX, a ideia de que o Brasil havia alcançado uma democracia racial impediu que o Estado reconhecesse a necessidade de políticas afirmativas. Somente a partir dos anos 2000, com a pressão de movimentos sociais e acadêmicos, começaram a surgir políticas de reparação, como as cotas raciais nas universidades e no serviço público, na tentativa de compensar a exclusão histórica dos afro-brasileiros (RIBEIRO, 2018). Ainda assim, conforme aponta Nascimento (2016), essas políticas encontraram forte resistência e críticas, justamente pela persistência da crença na democracia racial, que dificultava o reconhecimento da necessidade de ações compensatórias.

O mito da democracia racial também exerce um impacto negativo sobre a percepção pública e a autoimagem dos afro-brasileiros. Ao perpetuar uma narrativa onde não há conflito racial, o Brasil se esquivava de enfrentar o racismo cotidiano, naturalizando e ignorando práticas discriminatórias que afetam a vida da população negra. Butler (2004) explora como essas narrativas hegemônicas de identidade influenciam o próprio entendimento que o indivíduo tem de si. No contexto brasileiro, a ideia de uma convivência harmoniosa entre as raças mascarou, ao longo dos anos, as tensões e os preconceitos enfrentados pelos afrodescendentes, minando o potencial de organização e de resistência dos movimentos negros, uma vez que as desigualdades e opressões eram interpretadas como "inexistentes".

Além disso, como observa Mbembe (2018), o racismo não é apenas uma prática interpessoal de discriminação, mas também uma estrutura que regula o valor

da vida dos indivíduos. A democracia racial, ao negar a realidade do racismo, contribuiu para que as vidas negras fossem continuamente desvalorizadas no Brasil, perpetuando a exclusão em diversas esferas da vida. Esse contexto de violência simbólica e material reflete-se nas baixas expectativas em relação à mobilidade social e ao reconhecimento da identidade afro-brasileira, consolidando um ciclo de exclusão que encontra suas raízes na falta de reconhecimento das desigualdades raciais estruturais.

Em última análise, a crítica ao mito da democracia racial não é apenas uma desconstrução da narrativa de uma sociedade pacífica e miscigenada, mas uma chamada para a compreensão das desigualdades raciais como algo inerente à estrutura social brasileira.

2. A REPRESENTAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

A narrativa sobre afrodescendentes no telejornalismo brasileiro reflete processos históricos de exclusão e marginalização. Embora o Brasil seja um dos países mais racialmente diversos do mundo, a representação da população negra na mídia, especialmente no telejornalismo, é marcada por uma invisibilização sistemática e, quando presente, frequentemente associada a estereótipos negativos. Joel Zito Araújo, em sua obra *A negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira* (2000), aponta que a mídia brasileira historicamente tem reforçado estereótipos raciais e invisibilizado a presença negra em espaços de destaque, perpetuando narrativas que marginalizam essa população. Estudos mais recentes, como o realizado por Silva (2020), confirmam que afrodescendentes são sub-representados em posições de prestígio na mídia e frequentemente associados a temas como criminalidade e pobreza. Essa análise é crucial para entender como o telejornalismo reforça desigualdades raciais e perpetua uma hierarquia social que marginaliza os afrodescendentes.

2.1 A INVISIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA MÍDIA

A invisibilização da população negra na mídia brasileira representa um dos mecanismos mais eficazes de perpetuação da desigualdade racial no país, pois marginaliza narrativas e exclui profissionais negros dos espaços de influência e decisão. Silva (2007) define a invisibilização como o ato sistemático de excluir grupos minoritários dos espaços de poder, o que gera uma escassez de jornalistas negros em posições de liderança e visibilidade, especialmente no telejornalismo, onde a imagem e a autoridade são fatores determinantes para o impacto da comunicação. Essa invisibilidade é evidente na ausência de âncoras e repórteres negros nos programas de grande audiência, configurando um cenário onde a representação negra ainda é tratada como uma exceção, e não como uma norma.

A pesquisa de Almeida (2021) revela uma realidade preocupante: menos de 10% dos jornalistas que ocupam posições de destaque nas principais emissoras de televisão brasileiras são negros, em contraste com os dados do IBGE (2022), que

apontam que mais de 50% da população brasileira se autodeclara negra ou parda. Essa disparidade reflete não apenas a exclusão racial nas redações, mas também uma narrativa midiática que perpetua a hegemonia branca. Como observa Ferreira (2023), temas de prestígio, como política, ciência e economia, continuam sendo tratados por fontes brancas, enquanto as vozes negras aparecem predominantemente em matérias sobre criminalidade e pobreza, reforçando estereótipos que contribuem para a marginalização social e a desumanização da população afrodescendente.

A ausência de profissionais negros em posições de destaque no jornalismo também é uma forma de exclusão simbólica, pois mina o direito da população negra de se ver representada em toda a sua diversidade e capacidade. Como argumenta Butler (2004), a presença ou ausência de certos grupos em espaços de visibilidade pública tem um impacto direto na percepção e no valor que a sociedade atribui a esses indivíduos. Quando as vozes negras são sistematicamente ignoradas ou limitadas a papéis estereotipados, essa ausência constrói uma narrativa onde a contribuição dos afro-brasileiros à sociedade é minimizada ou ignorada. Esse processo de invisibilização tem como consequência a consolidação de uma imagem de inferioridade e subordinação, que impacta diretamente a autoestima e o pertencimento da população negra na sociedade brasileira.

A estrutura interna das empresas de comunicação contribui para essa invisibilização ao deixar de implementar políticas de diversidade que poderiam abrir espaço para uma maior inclusão racial. Segundo Lima e Barbosa (2021), a organização hierárquica e editorial das redações, majoritariamente lideradas por profissionais brancos, reforça um padrão de exclusão onde questões raciais raramente são abordadas de forma crítica. Esse ambiente, além de limitar a diversidade nas narrativas jornalísticas, impõe barreiras significativas à entrada e à promoção de profissionais negros, perpetuando a hegemonia branca nos espaços de poder midiático. Nogueira (2017) observa que essa ausência de diversidade nas redações é um reflexo do racismo institucional, que dificulta o avanço de profissionais negros na carreira jornalística e, com isso, perpetua a hegemonia branca nos espaços de produção e de decisão midiática.

Exemplos como os de Glória Maria, Maju Coutinho e Heraldo Pereira são indicativos de que, embora haja avanços pontuais, esses jornalistas representam exceções que confirmam a regra. Maju Coutinho, ao assumir a bancada do "Jornal

Nacional", enfrentou uma série de ataques racistas, o que evidencia a resistência de parte da sociedade à presença de afrodescendentes em posições de autoridade e de visibilidade. A trajetória de Glória Maria, pioneira no telejornalismo brasileiro, também revela os desafios enfrentados por profissionais negros, que precisam lidar com o peso de representar uma população marginalizada em um cenário majoritariamente branco. Essas histórias de sucesso, embora importantes, são insuficientes para romper com a estrutura excludente da mídia brasileira.

A presença limitada de jornalistas negros não é apenas uma questão de representatividade; ela reflete e reforça uma hierarquia racial no próprio campo da comunicação. Como Bourdieu (1997) aponta, os campos sociais são espaços de disputa e dominação, onde certos capitais – no caso, o capital simbólico associado à branquitude – são privilegiados em detrimento de outros. No campo jornalístico brasileiro, esse capital simbólico legitima a presença branca como autoridade e marginaliza a negritude, associando-a a uma narrativa de subordinação e exclusão. A mídia, ao relegar os afrodescendentes a espaços marginais e estereotipados, cumpre, portanto, um papel na manutenção dessa hierarquia racial e na perpetuação de uma sociedade desigual.

A invisibilização da população negra na mídia não afeta apenas a percepção que a sociedade tem sobre os negros, mas também impacta a própria autoimagem dos indivíduos negros, que, ao não se verem representados de forma plural, tendem a internalizar uma visão limitada de suas possibilidades. Hall (1997) argumenta que a identidade é formada em grande parte pela interação com as representações culturais, e, no caso do Brasil, onde a mídia é a principal fonte de informação e entretenimento, a ausência de representações negras positivas reduz as possibilidades de identificação e valorização da negritude. A falta de profissionais negros no telejornalismo não é uma falha técnica, mas uma forma de exclusão que contribui para a alienação da população negra de seu próprio valor cultural e histórico.

Essa invisibilidade também se manifesta na abordagem das questões raciais nos telejornais, que frequentemente são tratadas de maneira superficial ou sensacionalista. Quando temas como racismo e discriminação aparecem, muitas vezes são abordados sem a profundidade necessária para contextualizar as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. Autores como Munanga (2004) e Ribeiro (2018) observam que a mídia brasileira tende a

individualizar casos de racismo, apresentando-os como episódios isolados e desconectados das práticas históricas de exclusão, o que impede uma análise crítica sobre o racismo estrutural e suas manifestações. A falta de uma abordagem sistêmica sobre a questão racial revela o desinteresse da mídia em promover um diálogo real e inclusivo sobre as desigualdades raciais no Brasil.

A presença de jornalistas negros em espaços de destaque, além de garantir a diversidade, poderia também proporcionar novas perspectivas e enriquecer a cobertura jornalística. Como observa Gomes (2015), a inclusão de profissionais negros traz um olhar diferenciado que questiona os padrões e as narrativas consolidadas, abrindo caminho para uma mídia mais democrática e representativa. A falta de diversidade nas redações limita o potencial crítico do jornalismo e contribui para a manutenção de uma visão restrita da realidade, onde a branquitude é tomada como o padrão de normalidade. O telejornalismo brasileiro, ao negligenciar a inclusão racial, compromete não apenas sua própria credibilidade, mas também sua função social de promover a pluralidade e a justiça.

A invisibilização da população negra na mídia é, portanto, mais do que uma simples omissão; ela representa um mecanismo eficaz de exclusão social e de perpetuação das desigualdades raciais.

2.2 A ESTEREOTIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA MÍDIA

Além da invisibilização, a representação da população negra no telejornalismo está carregada de estereótipos que reduzem e distorcem a complexidade da experiência negra. A mídia, conforme analisa Gomes (2015), contribui diretamente para a formação e perpetuação de estereótipos raciais que associam afrodescendentes à criminalidade, à pobreza e à violência, uma narrativa seletiva e profundamente prejudicial. Esse tipo de cobertura não só desumaniza a população negra, como legitima o controle social e políticas públicas repressivas, como a guerra às drogas e o uso de violência policial desproporcional. Essa construção reforça um ciclo de estigmatização onde o corpo negro, em especial o jovem negro, é visto como uma ameaça, perpetuando uma narrativa de exclusão e marginalização.

Estudos empíricos, como o de Lima (2018), revelam que, nas coberturas de crimes nos telejornais brasileiros, há uma predominância de protagonistas negros,

sobretudo jovens homens, em matérias que tratam de violência urbana. Essa associação entre cor de pele e criminalidade naturaliza o racismo, ao representar os jovens negros quase que exclusivamente como potenciais transgressores, em oposição a representações mais diversas e positivas que são comumente reservadas a pessoas brancas. Essa criminalização da juventude negra, como argumenta Carneiro (2004), não só reforça a ideia preconceituosa de que negros são inerentemente perigosos, mas também legitima a violência de Estado, permitindo que a sociedade aceite, com naturalidade, o controle violento e muitas vezes letal desses corpos.

Quando negros não são representados como criminosos, muitas vezes aparecem em contextos de extrema vulnerabilidade social, como moradores de favelas, dependentes de assistência ou vítimas de tragédias. Essa representação unilateral, que Roch (2011) descreve como uma "narrativa de carência", reduz a experiência negra a um retrato de miséria, sugerindo que a pobreza e a exclusão são quase que condições intransponíveis para essa população. A cobertura midiática que foca em favelas e periferias enfatiza o sofrimento e as condições adversas sem abordar as causas estruturais da desigualdade. Ao ignorar o racismo estrutural que sustenta essa disparidade, a mídia contribui para uma visão fatalista, onde a pobreza negra é vista como inevitável, dissociando-a das políticas e das práticas sociais que a reproduzem.

Os casos de violência policial contra jovens negros exemplificam como a narrativa midiática reflete e reforça preconceitos sociais. O assassinato de João Pedro Mattos Pinto, um adolescente negro de 14 anos morto dentro de casa durante uma operação policial em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em maio de 2020, é um exemplo emblemático. João Pedro estava brincando com primos quando policiais invadiram a residência durante uma ação de combate ao tráfico e dispararam mais de 70 tiros, dos quais um atingiu o jovem fatalmente.

A cobertura midiática inicial do caso foi marcada por narrativas que enfatizavam a localização do ocorrido – uma favela – e insinuavam, de forma indireta, uma relação com o tráfico de drogas. Termos como "zona de risco" e "localidade perigosa" foram amplamente utilizados, desumanizando a vítima e desviando o foco da violência estatal que resultou na sua morte. De acordo com estudo de Silva e

Oliveira (2021), essa abordagem perpetua estereótipos que associam negros e moradores de favelas à criminalidade, reforçando preconceitos no imaginário coletivo.

Embora algumas emissoras tenham revisado suas coberturas após pressão social, inclusive de movimentos como "Vidas Negras Importam", a correção veio tardia e não alcançou a profundidade necessária para questionar a lógica da militarização das favelas e o impacto desproporcional da violência estatal na população negra. O caso de João Pedro exemplifica como o telejornalismo tem o poder de moldar percepções públicas, mas frequentemente reproduz narrativas que legitimam a exclusão e a marginalização racial. Esse tipo de narrativa é analisado por Amaral (2019), que aponta que a mídia, ao adotar o discurso de "presunção de culpa" para jovens negros mortos pela polícia, alimenta uma percepção pública que justifica a violência e relativiza as responsabilidades do Estado.

A representação da população negra na mídia, especialmente no telejornalismo, opera, assim, em um campo simbólico que relega a negritude a papéis negativos e subalternos. Hall (1997) argumenta que a mídia é um campo onde se constroem significados e identidades, e, no Brasil, esses significados são estruturados de forma a reforçar a hegemonia racial. A narrativa midiática reduz a complexidade da vida e da cultura afro-brasileira, associando-a apenas à criminalidade ou ao sofrimento, o que contribui para a estigmatização e para a alienação da população negra. Como resultado, as contribuições e as lutas da população negra são invisibilizadas, e sua representação reduzida a uma caricatura negativa que cumpre a função de reforçar a desigualdade racial na sociedade brasileira.

A estigmatização de jovens negros como criminosos potenciais, como observa Mbembe (2018) em sua teoria de necropolítica, legitima a intervenção do Estado em áreas periféricas e autoriza o uso da força letal contra esses indivíduos, considerados como "matáveis". A narrativa midiática que enfatiza a criminalidade negra contribui para a criação de "zonas de não-ser", nas quais a vida das pessoas negras é desvalorizada e suas mortes são desumanizadas. Dessa forma, a mídia brasileira não só espelha a violência racial do Estado, como a reforça ao construir uma narrativa que divide a população em "cidadãos protegidos" e "corpos suspeitos", justificando as ações repressivas como medidas de segurança.

Além disso, a representação da população negra como eternamente vinculada à pobreza e à marginalidade esconde a heterogeneidade das experiências

afro-brasileiras. Gonzalez (1984) critica essa abordagem por considerar que o foco exclusivo na vulnerabilidade e na marginalização oculta as contribuições culturais, científicas e empresariais dos negros na sociedade brasileira, reforçando um estigma de inferioridade. Ao simplificar a negritude a uma condição de pobreza e violência, a mídia reforça um determinismo racial que invalida as múltiplas formas de protagonismo e agência dos negros, promovendo uma visão limitada e estigmatizante que contribui para a perpetuação do racismo estrutural.

A desumanização promovida pela mídia também gera um impacto psicológico devastador para a população negra, que se vê representada por imagens de vulnerabilidade ou criminalidade e raramente por símbolos de sucesso ou liderança. Como argumenta Almeida (2019), essa representação impacta diretamente a autoimagem e a autoestima dos jovens negros, que, ao se verem retratados negativamente, internalizam estereótipos e desenvolvem expectativas limitadas sobre suas próprias capacidades. A mídia, ao escolher reforçar esses estereótipos, cumpre um papel de “controle simbólico” sobre os corpos negros, restringindo as possibilidades de identificação positiva e promovendo um ciclo de exclusão que começa nas representações e se estende para as práticas sociais e políticas de discriminação.

Dessa forma, a representação negativa da população negra no telejornalismo brasileiro vai além da simples escolha editorial; trata-se de um projeto simbólico que mantém a estrutura racializada da sociedade e reforça a exclusão. A mídia, ao retratar a negritude como sinônimo de criminalidade ou vulnerabilidade, não apenas estigmatiza uma parcela significativa da população, mas contribui para um cenário onde a exclusão racial é naturalizada e perpetuada.

2.3 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

A violência institucional contra a população negra no Brasil é um fenômeno profundamente enraizado, cujas raízes remontam ao período escravista e se perpetuam nas práticas e políticas contemporâneas. O telejornalismo, como uma das principais formas de comunicação de massa, desempenha um papel essencial na legitimação e, muitas vezes, na invisibilização dessa violência. Almeida (2019) define violência institucional como um conjunto de ações e omissões praticadas pelo Estado

que resultam em discriminação e exclusão, com impactos diretos e duradouros sobre os grupos afrodescendentes. Essa violência não se manifesta apenas na esfera policial, mas atravessa áreas como saúde, educação e acesso a direitos fundamentais, refletindo um sistema que privilegia a manutenção das desigualdades e silencia as vozes das populações marginalizadas.

A violência policial representa uma das expressões mais evidentes da violência institucional e é frequentemente noticiada de forma distorcida pelos telejornais. Em vez de questionarem as causas e os impactos da brutalidade, os telejornais tendem a reproduzir a narrativa oficial das autoridades, que justificam a repressão como uma resposta ao combate ao crime. Ramos (2016) observa que a mídia muitas vezes atua como um “braço ideológico” do Estado, ao usar termos e imagens que desumanizam os moradores das favelas e das periferias, onde a maior parte da população é negra, justificando assim o uso excessivo da força. Ao adotar essa postura, os veículos de comunicação naturalizam a presença militarizada nas comunidades, tratando-a como uma necessidade e invisibilizando o histórico de negligência e abandono que sustenta a violência nesses espaços.

A criminalização das favelas e dos moradores negros é amplamente alimentada pela mídia, que frequentemente veicula matérias sensacionalistas que reforçam estereótipos de criminalidade associados à população negra e pobre. Como aponta Silva (2018), a mídia constrói uma narrativa em que o espaço da favela é inseparável da violência e do crime, o que legitima a repressão como uma “proteção” aos cidadãos de bem – um eufemismo que frequentemente exclui os próprios moradores dessas comunidades. Essa abordagem midiática contribui para uma visão distorcida e estigmatizante, em que os moradores das favelas são vistos como suspeitos por definição. Dessa forma, a violência institucional ganha apoio social, sustentada pela ideia de que a repressão é uma medida “necessária” para controlar uma população supostamente propensa ao crime.

Além da desumanização, há também uma invisibilização das vítimas de violência institucional, que raramente têm suas histórias contadas com a mesma atenção que os relatos dos agentes de segurança envolvidos. Nos casos de brutalidade policial, as vítimas são comumente apresentadas como números ou estatísticas, sem qualquer tentativa de explorar suas histórias de vida, família ou sonhos, como seria feito se as vítimas fossem de outras classes sociais e etnias. Em

contrapartida, os agentes do Estado muitas vezes recebem uma cobertura detalhada, que destaca suas dificuldades, treinamentos e as pressões diárias de seu trabalho. Essa diferença de tratamento reforça a ideia de que certas vidas são mais valorizadas do que outras, um conceito que Mbembe (2018) explora em sua teoria da necropolítica, em que o Estado decide quem deve viver e quem pode ser sacrificado.

Um exemplo claro da forma como o telejornalismo trata a violência institucional é o assassinato de Marielle Franco, vereadora, mulher negra e ativista dos direitos humanos, ocorrido em 14 de março de 2018. Esse crime, que ganhou repercussão internacional, destacou as profundas falhas da mídia ao abordar a violência estatal e o racismo estrutural. Segundo dados da Agência Pública (2021), mais de 60% das matérias iniciais sobre o caso focaram no impacto político e nas suspeitas em torno da autoria, negligenciando discussões sobre a militarização das favelas e a opressão estatal que atinge desproporcionalmente a população negra.

Além disso, pesquisas de 2020 do Instituto Marielle Franco apontam que, mesmo em pautas relacionadas ao assassinato, a narrativa midiática frequentemente omitiu as origens periféricas de Marielle e sua militância antirracista, reforçando um viés de despolitização de sua figura. Essa abordagem desvincula o caso de questões estruturais, como a repressão às lideranças negras e a violência contra ativistas em comunidades marginalizadas. Essa construção narrativa não apenas obscurece a luta de Marielle, mas também reflete a resistência da mídia em assumir um papel crítico frente às desigualdades que ela mesma reproduz.

Como destaca Rocha (2020), o tratamento dado ao caso de Marielle demonstra uma tendência da mídia em despolitizar crimes de motivação racial e política, tratando-os como episódios isolados ou como mistérios policiais, ao invés de reconhecê-los como parte de uma política estrutural de violência.

A cobertura superficial e distorcida da violência contra a população negra também contribui para a naturalização dessa violência na opinião pública. Essa narrativa midiática, conforme argumenta Costa (2017), transforma a violência em um espetáculo que entretém e ao mesmo tempo reforça preconceitos, enquanto esvazia qualquer perspectiva crítica sobre as práticas do Estado. Essa postura complacente da mídia cria uma falsa sensação de neutralidade e legitimidade para as ações repressivas, que são apresentadas como necessárias e inevitáveis. A visão simplista que os telejornais oferecem, que raramente problematiza as raízes históricas e sociais

da violência, induz a população a aceitar a repressão como a única solução para problemas que são, em essência, de ordem social e estrutural.

No caso das operações policiais em favelas, os telejornais frequentemente exibem imagens de homens negros detidos ou mortos, geralmente em poses que sugerem culpa ou violência, enquanto a cobertura quase nunca inclui entrevistas com familiares ou testemunhas que poderiam oferecer uma visão alternativa. Autores como Soares (2019) defendem que a ausência de um contraditório contribui para a perpetuação de uma narrativa oficial que desumaniza as vítimas e oferece uma imagem monolítica das operações como um “sucesso” no combate ao crime, sem qualquer análise crítica do impacto dessas ações sobre as comunidades. Isso fortalece o estigma da periculosidade associada aos jovens negros, perpetuando uma concepção de que a violência institucional é justificada, necessária e até desejável para a “manutenção da ordem”.

A falta de uma representação equilibrada e a insistência em uma narrativa oficial são mecanismos eficazes para sustentar o racismo estrutural que permeia as instituições brasileiras. Como afirma Gonzalez (1984), o racismo brasileiro se expressa de forma sutil, escondido sob uma fachada de cordialidade, mas se revela nas práticas de exclusão e desvalorização da vida negra. Essa violência simbólica se materializa nas manchetes e reportagens que desumanizam e criminalizam a população negra, fortalecendo uma mentalidade social que aceita, com naturalidade, a violência policial nas periferias e nas favelas como um “mal necessário”.

A postura do telejornalismo em relação à violência institucional não é, portanto, neutra ou desprovida de implicações sociais. Ao legitimar a repressão e reforçar o estereótipo do “corpo negro perigoso”, a mídia contribui para a perpetuação de um ciclo de violência e exclusão.

2.4 TÉCNICAS DE REPORTAGEM E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES NO TELEJORNALISMO

As técnicas de reportagem e os critérios de seleção de fontes são aspectos determinantes na construção da narrativa jornalística, especialmente quando se trata da representação da população negra no telejornalismo. De acordo com Amaral e Silva (2022), o modo como as histórias são estruturadas, os ângulos adotados e as

vozes selecionadas como fontes têm impacto direto na percepção pública e na reprodução das narrativas dominantes. Além disso, Santos e Almeida (2021) destacam que a escolha de quem é chamado para falar sobre determinados temas – seja como especialista, vítima ou representante de uma comunidade – é um ato político, que reforça ou desafia as hierarquias de poder e influência na sociedade. No contexto brasileiro, estudos indicam que mais de 70% das fontes em matérias de prestígio, como ciência, política e economia, são brancas, enquanto a população negra aparece predominantemente em pautas ligadas à violência ou pobreza, o que reflete desigualdades históricas (Lima, 2020). Essas escolhas editoriais não apenas reproduzem estereótipos, mas também limitam a pluralidade de perspectivas no jornalismo, perpetuando a hegemonia de um grupo social em detrimento de outros. Em temas como política, economia e cultura, os telejornais tendem a recorrer a fontes majoritariamente brancas, enquanto vozes negras são limitadas a comentários sobre temas específicos, muitas vezes associados a violência ou vulnerabilidade. Essa prática resulta em uma cobertura enviesada que perpetua estereótipos e alimenta a invisibilidade. Essa seleção não é acidental; ela reflete um padrão historicamente enraizado na mídia brasileira, que, conforme Gomes (2015), opera dentro de um viés racial, no qual a branquitude é considerada como o padrão de expertise e confiabilidade, enquanto as perspectivas negras são marginalizadas ou, quando incluídas, restringidas a temas que reforçam uma visão limitada da experiência afrodescendente.

Essa exclusão das vozes negras em áreas consideradas de "prestígio" ou "expertise" é um reflexo da falta de diversidade tanto nas redações quanto nas equipes de reportagem. A predominância de profissionais brancos em cargos de chefia e decisão nas empresas de comunicação faz com que a seleção de fontes, os ângulos de cobertura e até mesmo a escolha dos temas reforcem uma visão de mundo que desconsidera ou reduz a importância das perspectivas negras. Segundo Nogueira (2017), a ausência de diversidade nas redações não só limita a capacidade da mídia de abordar questões sociais com profundidade, mas também perpetua uma estrutura de exclusão onde a experiência negra é representada de maneira estereotipada ou sensacionalista, raramente com o devido respeito à sua complexidade.

As técnicas de reportagem utilizadas nos telejornais, muitas vezes, enfatizam o sensacionalismo e a dramatização, o que contribui para a construção de uma

narrativa que reforça estereótipos raciais. Por exemplo, ao cobrir temas relacionados à violência urbana, os telejornais tendem a focalizar em imagens de jovens negros detidos ou em cenas de favelas e periferias, criando uma associação quase automática entre a cor da pele e o crime. Rocha (2011) aponta que essa abordagem distorce a realidade ao naturalizar a relação entre negritude e criminalidade, contribuindo para a percepção de que a violência é um traço inerente à população negra, em vez de um reflexo de desigualdades estruturais e do histórico de exclusão e marginalização que essa população enfrenta no Brasil. Ao dramatizar e sensacionalizar a realidade, a mídia contribui para a manutenção de uma imagem estigmatizada da população negra, que é vista como objeto de controle e de vigilância, e não como sujeito de direitos.

A dramatização midiática não se restringe às coberturas policiais e de violência, mas também atinge temas como pobreza e assistencialismo. Ao retratar a população negra em situações de carência e dependência, a mídia contribui para a construção de uma narrativa de vitimização, que apresenta a pobreza e a exclusão como condições "naturais" ou "inevitáveis" da população negra. Silva (2018) argumenta que essa abordagem, além de desumanizar os afrodescendentes, invisibiliza as verdadeiras causas da desigualdade, desviando a atenção das responsabilidades históricas e políticas. A pobreza, ao ser apresentada sem o contexto do racismo estrutural, é tratada como um problema individual, em vez de uma consequência das políticas de exclusão e da ausência de oportunidades. Com isso, a mídia legitima a ideia de que a população negra é carente de agência, ignorando as inúmeras formas de resistência e de construção de alternativas dentro dessas comunidades.

A análise das técnicas de reportagem e dos critérios de seleção de fontes, portanto, é essencial para entender as formas sutis e explícitas de racismo que permeiam o telejornalismo brasileiro. Hall (1997) ressalta que a representação midiática é sempre um ato de poder, e, ao selecionar determinadas fontes e ângulos, a mídia molda a percepção pública de maneira que favorece certas narrativas e exclui outras. No caso da população negra, o telejornalismo opera muitas vezes como um instrumento de dominação simbólica, reforçando um imaginário social que associa a negritude à criminalidade, à pobreza ou à marginalidade. Essa representação limitada não só restringe as possibilidades de identificação positiva para os afro-brasileiros,

como também contribui para a naturalização do racismo e para a aceitação da exclusão social como uma norma.

A reavaliação das práticas de reportagem e dos critérios de seleção de fontes é crucial para promover uma representação mais justa e equitativa da população negra. Essa mudança passa pela implementação de políticas de diversidade nas redações e pela promoção de uma cultura editorial que valorize a pluralidade de perspectivas e reconheça as contribuições dos afrodescendentes em todas as áreas. Como argumenta Gomes (2015), uma mídia verdadeiramente democrática deve incorporar as vozes de todos os grupos sociais, rompendo com a tradição de exclusão e promovendo uma cobertura que reflita a diversidade e a riqueza da sociedade brasileira.

3 – TELEJORNALISMO BRASILEIRO E O RJTV 1ª EDIÇÃO

O telejornalismo brasileiro tem historicamente desempenhado um papel central na formação da opinião pública e na construção das imagens sociais que moldam a percepção da diversidade étnica e social do país. No Brasil, com sua enorme diversidade de identidades étnicas, a mídia tem uma responsabilidade crucial de representar todas essas vozes de maneira justa e inclusiva.

No entanto, a prática cotidiana do telejornalismo revela que essa representação está longe de ser equitativa ou inclusiva. Esse capítulo se dedica ao estudo do RJTV 1ª Edição, um dos principais telejornais da TV Rio Sul, afiliada da Rede Globo, cuja proposta editorial é cobrir as notícias locais da Costa Verde e Sul, no estado do Rio de Janeiro. Ao examinar a abordagem do RJTV, buscamos compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão da população negra e como essas práticas afetam a construção da narrativa midiática e a percepção pública.

A região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro é marcada por contrastes sociais e étnicos, onde populações de diferentes origens convivem em meio a realidades socioeconômicas diversas. Esse contexto heterogêneo torna a cobertura jornalística uma tarefa complexa, exigindo uma abordagem que considere as vozes e os problemas de todos os grupos representativos. O RJTV 1ª Edição, ao se posicionar como um telejornal regional de ampla audiência, carrega a responsabilidade de retratar essas diversas realidades de maneira fiel e inclusiva. No entanto, a prática jornalística muitas vezes esbarra em padrões de seleção de fontes e abordagens narrativas que limitam a visibilidade das questões que afetam a população negra. Como aponta Gomes (2015), a invisibilização midiática não ocorre por acaso; ela é uma prática sistemática que reflete preconceitos históricos e estruturas de poder que, embora sutis, impactam significativamente a opinião pública.

A análise do RJTV 1ª Edição revela que a população negra ainda é sub-representada em pautas de maior prestígio, como economia, política e ciência, enquanto é majoritariamente retratada em matérias relacionadas à violência, pobreza e criminalidade. Essa abordagem não apenas reforça estereótipos negativos, mas também limita a percepção pública sobre a importância e as contribuições dos afrodescendentes na sociedade brasileira. De acordo com a pesquisa Monitoramento da Representação Racial na Mídia (Instituto Marielle Franco, 2021), apenas 7% das

fontes utilizadas em telejornais de grande audiência são negras, um dado que contrasta com os números do IBGE (2023). Além disso, um levantamento da Rede de Estudos sobre Desigualdades (REDES, 2023) destaca que a presença de pessoas negras é frequentemente vinculada a narrativas que reforçam vulnerabilidades, enquanto são raramente vistas em posições de autoridade ou expertise. Essa prática contribui para a perpetuação de narrativas excludentes e para a manutenção de hierarquias raciais na sociedade. Além disso, a escolha dos especialistas e analistas convidados pelo RJTV 1 Edição para comentar temas específicos também evidencia a falta de diversidade na seleção de fontes. Em reportagens sobre economia, ciência e tecnologia, as vozes consultadas são predominantemente de profissionais brancos. De acordo com o estudo Representatividade Racial na Mídia Brasileira (2022), 78% das fontes utilizadas em matérias sobre economia e ciência nos principais telejornais do país são brancas, enquanto apenas 8% são negras. Em contrapartida, quando os negros aparecem como fontes, geralmente são consultados em temas que reforçam a narrativa de vulnerabilidade, como violência ou pobreza, onde representam 63% das fontes. Essa disparidade evidencia um padrão de exclusão que associa a expertise e a autoridade ao perfil branco, enquanto confina as vozes negras a contextos de fragilidade e estereótipos.

Segundo Munanga (2004), essa exclusão simbólica e a falta de representatividade em posições de destaque reforçam o racismo estrutural, pois limitam as oportunidades de identificação positiva e enfraquecem a luta pela igualdade racial. Essa ausência de representatividade contribui para a manutenção de uma estrutura midiática que não reflete a realidade plural da sociedade brasileira, perpetuando a ideia de que o conhecimento e a expertise são privilégio da branquitude.

Outro aspecto relevante é a abordagem superficial das questões raciais nos telejornais, que tendem a tratar o racismo como eventos isolados, sem contextualizar os problemas dentro de uma análise mais ampla do racismo estrutural. Quando cobrem casos de discriminação racial ou violência policial, os telejornais raramente destacam as origens e as consequências dessas práticas, evitando a discussão de temas como a desigualdade no acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho, que afetam de maneira desproporcional a população negra.

Os telejornais frequentemente deixam de abordar as origens e consequências estruturais de problemas sociais que afetam a população negra, ignorando discussões cruciais sobre desigualdade. Por exemplo, matérias sobre violência em periferias tendem a focar nas operações policiais ou no aumento da criminalidade, sem mencionar a falta de acesso à educação de qualidade que contribui para a exclusão social desses jovens. Da mesma forma, reportagens sobre saúde raramente destacam que doenças como hipertensão e diabetes afetam desproporcionalmente a população negra devido ao menor acesso a cuidados médicos preventivos e a políticas públicas inadequadas. Outro exemplo ocorre em coberturas sobre desemprego, que frequentemente omitem que o racismo estrutural dificulta a entrada e a ascensão de profissionais negros no mercado de trabalho, como evidenciado por dados do IBGE, que mostram que pessoas negras representam 64,2% dos desempregados no Brasil (IBGE, 2022).

Essas lacunas no jornalismo reforçam narrativas superficiais e evitam a discussão de soluções sistêmicas para desigualdades históricas. A inclusão desses temas nos noticiários poderia contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica dos problemas enfrentados pela população negra.

A cobertura fragmentada e descontextualizada de questões sociais nos telejornais contribui significativamente para o esvaziamento das discussões sobre racismo. Isso ocorre porque, ao relatar eventos sem explorar as causas estruturais subjacentes, a mídia reforça a percepção de que os problemas são episódicos e individuais, e não parte de sistemas de opressão históricos e contínuos. Judith Butler (2004) argumenta que a mídia atua como uma mediadora da realidade ao decidir quais histórias e narrativas são dignas de atenção pública. Ao optar por cobrir apenas os efeitos imediatos do racismo — como casos de violência ou criminalidade — sem abordar as desigualdades estruturais, a mídia contribui para a normalização do status quo.

Por exemplo, quando um telejornal cobre casos de violência policial em comunidades negras, frequentemente apresenta a ação como uma resposta à criminalidade, mas evita discutir os fatores sociais, como a segregação espacial ou a falta de políticas públicas que afetam essas comunidades. Essa ausência de contexto limita a capacidade do público de compreender a profundidade e a extensão do racismo estrutural. Além disso, ela desvia a atenção de debates sobre soluções e

políticas de reparação, perpetuando a ideia de que as desigualdades são naturais ou inevitáveis.

Como resultado, o público é levado a enxergar esses problemas como pontuais, ao invés de reconhecer sua conexão com sistemas de exclusão histórica, como o racismo institucionalizado. Ao negligenciar essas conexões, a mídia não apenas falha em cumprir seu papel informativo, mas também reforça narrativas que marginalizam ainda mais a população negra e outras minorias.

A análise do RJTV 1ª Edição, portanto, expõe como o telejornalismo contribui para a construção de uma narrativa excludente, reforça uma hierarquia racial nas representações midiáticas. A reformulação dos critérios de seleção de fontes e das abordagens narrativas é fundamental para que o telejornalismo possa cumprir seu papel democrático de informar e representar a diversidade brasileira com mais equidade. Uma sugestão para um caminho mais representativo são redações cada vez mais diversas e com diferentes perspectivas editoriais.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO TELEJORNALISMO NO BRASIL

O telejornalismo no Brasil começou a ganhar relevância a partir da década de 1960, momento em que a televisão se consolidava como um poderoso meio de comunicação de massa, acessível a uma parcela crescente da população urbana. Com o lançamento do *Jornal Nacional* em 1969, a Rede Globo inaugurou o primeiro telejornal em rede nacional, definindo um padrão que rapidamente influenciou o estilo e o formato de outros telejornais pelo país, incluindo o *RJTV 1ª Edição*. O *Jornal Nacional* introduziu uma linguagem visual e editorial que combinava uma abordagem informativa com a dramatização dos acontecimentos, buscando capturar a audiência e ganhar credibilidade junto ao público. Esse formato se popularizou e deu início a um modelo de telejornalismo centralizado e padronizado, que foi replicado por outras emissoras e consolidou a televisão como principal fonte de informação no país (BESSONE, 2017).

O telejornalismo brasileiro enfrenta críticas por práticas editoriais que frequentemente reforçam desigualdades raciais, refletindo o racismo estrutural presente na sociedade. Dados recentes demonstram que jornalistas negros estão nas redações e enfrentam dificuldades para ascender profissionalmente. De acordo com

a pesquisa realizada pela LatAm Journalism Review (2023), apenas 41,7% dos jornalistas negros recebem salários de até R\$ 3.300, enquanto entre jornalistas brancos esse percentual é de 22,9%. Além disso, os brancos têm mais chances de promoções ao longo da carreira, reforçando uma hierarquia que exclui profissionais negros de cargos de chefia e liderança. Essa realidade limita a pluralidade das narrativas jornalísticas e perpetua desigualdades históricas (LATAM JOURNALISM REVIEW, 2023).

A falta de diversidade reflete-se não apenas na composição das redações, mas também na escolha das fontes em telejornais de grande audiência, como o Jornal Nacional. Segundo Almeida (2021), vozes brancas predominam em pautas de economia, política e ciência, enquanto as fontes negras são frequentemente associadas a temas como criminalidade e pobreza. Isso perpetua estereótipos que desumanizam a população negra e a excluem de posições de autoridade ou prestígio, impactando diretamente a construção de narrativas midiáticas (ALMEIDA, 2021).

A cobertura jornalística, ao longo das décadas, refletiu os interesses e as visões de mundo das elites que controlavam as grandes emissoras, negligenciando a diversidade social e étnica que compõe a realidade brasileira. Esse viés, conforme analisa Silva (2006), resultou em uma narrativa midiática onde a branquitude é retratada como o padrão de normalidade, enquanto a população negra e os indígenas eram – e ainda são – representados de forma marginal, muitas vezes reduzidos a estereótipos de criminalidade, pobreza e vulnerabilidade.

Com o passar dos anos, o *RJTV 1ª Edição*, que surgiu como uma versão regional do *Jornal Nacional*, também adotou práticas editoriais semelhantes, embora com foco nas questões locais do estado do Rio de Janeiro. O Sul Fluminense, área que o *RJTV 1ª Edição* cobre extensivamente, é uma região marcada por contrastes sociais e étnicos que exigiriam uma cobertura que refletisse essas diversidades. No entanto, como destaca Bessone (2017), a abordagem do telejornalismo regional não fugiu do padrão nacional de representação limitada. Questões relacionadas à violência urbana, por exemplo, são predominantemente associadas à população negra e às periferias, enquanto temas como política, economia e cultura costumam ser abordados por especialistas e fontes brancas, reforçando uma estrutura de exclusão simbólica que limita a diversidade de vozes e perspectivas.

A evolução do telejornalismo brasileiro também foi marcada pelas mudanças políticas, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), período em que a televisão, especialmente a Rede Globo, colaborou com o regime ao evitar temas polêmicos e retratar uma imagem de ordem e progresso. Durante essa fase, a mídia televisiva consolidou uma narrativa de unidade nacional que desconsiderava as disparidades sociais e as opressões sofridas pelas minorias. Esse alinhamento com o poder político não apenas ignorou as demandas dos movimentos negros e indígenas, mas reforçou a invisibilização dessas populações no cenário midiático nacional (RAMOS, 2016).

A transição democrática na década de 1980 trouxe algumas mudanças, como a abertura para temas anteriormente censurados e uma cobertura mais ampla dos movimentos sociais e dos direitos humanos. Contudo, a inclusão de temas raciais e a representação da população negra no telejornalismo avançaram de maneira lenta e tímida. A mídia brasileira continuou a priorizar narrativas que apresentavam a população negra em papéis de subordinação, o que, de acordo com Munanga (2004), perpetua a ideia de que a negritude está associada a uma condição de inferioridade e marginalização. Essa prática contribuiu para que os estereótipos raciais permanecessem naturalizados na sociedade brasileira, dificultando o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o racismo estrutural.

Nas décadas seguintes, o surgimento de novos movimentos negros e a crescente pressão por representatividade nas mídias forçaram o telejornalismo a repensar, ainda que parcialmente, sua abordagem. No entanto, como observa Bessone (2017), a presença negra na televisão brasileira, incluindo o *RJTV*, ainda é limitada e frequentemente associada a temas de violência, pobreza ou marginalidade. Profissionais negros em posições de destaque, como âncoras e comentaristas, são raros, e as pautas que destacam as conquistas e contribuições da população negra para a sociedade são pontuais, carecendo de continuidade e profundidade.

Portanto, embora o telejornalismo no Brasil tenha evoluído para refletir mudanças sociais e políticas, ele ainda perpetua estereótipos e desigualdades raciais em grande medida. A análise da história e das práticas do telejornalismo, incluindo o papel do *RJTV*, é essencial para entender como a mídia brasileira reproduz uma estrutura de exclusão que limita o espaço de representatividade e contribui para a manutenção das disparidades raciais.

3.2 DESCRITIVO DO OBJETO: O RJTV 1ª EDIÇÃO

O *RJTV 1ª Edição*, com seu foco em notícias locais, tornou-se uma das principais fontes de informação para os habitantes da Costa Verde e Sul, abordando temas variados, como política, economia, cultura e questões sociais. Com sua ampla audiência, o telejornal possui uma função informativa essencial, ao trazer para o público um panorama das principais ocorrências e assuntos que impactam diretamente o cotidiano da população. No entanto, embora sua criação tenha trazido maior visibilidade para os eventos e questões locais, o *RJTV* enfrenta críticas significativas em relação à representação das diversas comunidades que compõem a população da Costa Verde e Sul, especialmente no que diz respeito à população negra e aos temas de raça.

Figura 1:



Fonte: GLOBO Disponível em: <https://globoplay.globo.com/rj1-tv-rio-sul/t/mNkfqXRN6K>. Acesso em: 10 out. 2024

Figueiredo (2018) aponta que, embora o telejornal se proponha a cobrir uma diversidade de temas e grupos, a forma como as notícias são selecionadas e as fontes escolhidas refletem padrões que desconsideram as complexidades da experiência

negra e, por vezes, perpetuam estereótipos. A crítica se direciona não apenas à ausência de representatividade negra nas posições de destaque do jornalismo – como repórteres e âncoras –, mas também à limitação das vozes negras nas reportagens sobre temas como economia e política.

O *RJTV 1 Edição* costuma adotar uma abordagem que enfatiza o sensacionalismo ao tratar de temas de violência, uma prática que contribui para a construção de uma imagem estigmatizada das comunidades negras e periféricas. De acordo com Lima (2018), essa prática não só desumaniza os indivíduos representados, mas também desvia a atenção dos fatores estruturais que explicam as disparidades raciais e sociais, criando uma narrativa superficial e tendenciosa. O contexto da Costa Verde e Sul Fluminense, incluindo municípios como Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba, é caracterizado por significativas disparidades socioeconômicas que refletem desigualdades históricas e estruturais. De acordo com o *Mapa da Desigualdade 2023*, quase 50% da população da região vive com menos de um salário mínimo, enfrentando dificuldades como acesso limitado a serviços básicos, incluindo saúde, saneamento e educação. Essas condições são agravadas pela marginalização histórica de comunidades tradicionais, como descendentes de escravos e caiçaras, que habitam a região há séculos e continuam a enfrentar desafios relacionados à exclusão social (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023).

Além disso, conforme Feitosa e Silva (2023), a Costa Verde e Sul sofreu profundas transformações durante o período da ditadura militar, quando políticas de urbanização e desenvolvimento turístico levaram ao deslocamento de comunidades tradicionais e ao aumento da concentração de terras em mãos privadas. Essa realidade acentuou a precariedade das populações locais, que continuam a enfrentar barreiras para sua plena integração econômica e social.

A população negra, particularmente, está entre os grupos mais afetados por essas desigualdades. Estudos mostram que a concentração de moradores negros em áreas periféricas reflete um legado de exclusão econômica e falta de mobilidade social, ampliando o impacto do racismo estrutural sobre a qualidade de vida da população (GEBIG, 2023). Essas condições contribuem para a perpetuação de um ciclo de exclusão e preconceito que se reflete não apenas nas condições materiais, mas também nas narrativas midiáticas predominantes.

Outro ponto crítico na cobertura do *RJTV 1ª Edição* é a invisibilização das questões raciais. Ao abordar temas que envolvem conflitos ou injustiças, o telejornal raramente contextualiza o racismo estrutural como parte do problema. O telejornalismo brasileiro frequentemente não contextualiza o racismo estrutural como parte dos problemas que aborda, perpetuando uma visão limitada e descolada das dinâmicas sociais mais amplas.

A pesquisa de Muniz Sodré (2015) destaca que a mídia, incluindo o telejornalismo, muitas vezes atua como "intelectual coletivo" de um sistema de poder que reforça desigualdades, negligenciando temas como o racismo e a exclusão social de maneira sistêmica. Isso resulta em coberturas descontextualizadas que não desafiam, mas sim o reforçam.

Adicionalmente, estudos recentes apontam que o racismo estrutural transcende o institucional, estando enraizado nas práticas e valores sociais, o que se reflete na seleção de pautas e fontes no telejornalismo. Essa estrutura reforça desigualdades ao apresentar a população negra apenas sob estereótipos negativos ou em narrativas de exclusão, como a violência e a pobreza, sem abordar as origens históricas ou as implicações sociais mais amplas dessas questões (Bersani, 2023).

Essas evidências mostram que, embora o telejornalismo tenha potencial de informar e transformar, ele frequentemente falha em sua responsabilidade de abordar de forma crítica e inclusiva os problemas estruturais que afetam grande parte da população brasileira.

Essa omissão reflete uma abordagem midiática que trata o racismo como um tema marginal, sem conectá-lo às estruturas sociais e políticas que sustentam as desigualdades. Como discute Gomes (2015), a omissão de uma perspectiva racial nas pautas jornalísticas não é uma escolha neutra, mas uma prática que desconsidera as experiências da população negra e contribui para a perpetuação do racismo.

O *RJTV 1ª Edição*, assim como outros telejornais regionais, opera em um contexto onde a falta de representatividade racial é evidente tanto na composição das redações quanto na abordagem das pautas. Estudos mostram que no Brasil, apenas 27% dos profissionais de redação se autodeclaram pretos ou pardos, de acordo com a pesquisa realizada pela *Fenaj* em 2022. Além disso, no Sul Fluminense, região coberta pelo *RJTV*, 64% da população vive com até dois salários mínimos, sendo que

a maioria dos afetados por essa desigualdade socioeconômica são negros e moradores de periferias (IPEA, 2023; Le Monde Diplomatique Brasil, 2023).

A ausência de uma abordagem crítica no telejornal contribui para a manutenção de narrativas que reforçam a exclusão social. Por exemplo, na cobertura de violência urbana e pobreza, 85% das fontes utilizadas são brancas, enquanto as populações negras raramente são representadas em matérias que não estejam associadas a esses contextos, perpetuando estereótipos (Diplomatique, 2023). Esses números evidenciam a necessidade de repensar as práticas editoriais para incluir análises mais profundas e diversificadas, permitindo uma cobertura mais inclusiva e representativa da realidade regional.

O RJTV 1ª Edição reflete questões estruturais que também são observadas em outros telejornais brasileiros, especialmente no que diz respeito à representatividade racial e à escolha de pautas. Esses problemas podem ser evidenciados por meio de três aspectos principais:

A sub-representação de fontes negras é um dos problemas mais evidentes. Segundo a pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2022), apenas 27% dos profissionais nas redações brasileiras se autodeclararam pretos ou pardos. Nos telejornais regionais, como o RJTV, essa realidade é ainda mais preocupante: fontes negras representam menos de 15% das pessoas entrevistadas em matérias que não tratam de violência ou pobreza. Essa falta de diversidade reduz as possibilidades de pluralidade nas narrativas e reforça uma lógica editorial que privilegia a branquitude em espaços de autoridade e decisão.

Outro ponto central é a utilização de pautas estereotipadas. Conforme o estudo de Ramos (2021), a maioria das narrativas que envolvem a população negra em telejornais regionais limita-se a temas como criminalidade e vulnerabilidade social. Essa abordagem reforça preconceitos e estigmas, desumanizando os afrodescendentes e os associando exclusivamente a problemas sociais.

Por fim, há uma ausência de diversidade na construção de pautas. Dados do Instituto de Estudos de Jornalismo (2023) revelam que menos de 20% das matérias jornalísticas abordam desigualdades raciais ou promovem discussões críticas sobre racismo estrutural, mesmo em regiões marcadas por disparidades socioeconômicas significativas, como a Costa Verde e o Sul Fluminense. Essa falta de inclusão nas

narrativas contribui para a invisibilização de questões estruturais e perpetua um sistema de exclusão racial no jornalismo regional.

Essas evidências mostram como as práticas editoriais atuais do RJTV 1ª Edição limitam a diversidade de vozes e perpetuam narrativas que reforçam a exclusão social e racial.

Para reverter esse cenário, é essencial que os telejornais regionais adotem boas práticas editoriais que promovam maior representatividade racial e inclusão. Algumas iniciativas recomendadas incluem:

1. Inclusão de jornalistas negros nas redações: Promover políticas de contratação e ascensão para profissionais negros, de forma a garantir que as redações reflitam a diversidade da população brasileira. Estudos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2023) indicam que a presença de jornalistas negros contribui para ampliar a diversidade de perspectivas editoriais.
2. Adoção de pautas que reflitam a diversidade social: Ampliar a cobertura de temas que destaquem as contribuições culturais, sociais e econômicas da população negra. Exemplos incluem matérias sobre empreendedorismo negro, iniciativas comunitárias e expressões culturais afro-brasileiras, indo além de narrativas baseadas em pobreza e criminalidade.
3. Treinamento em diversidade para jornalistas: Implementar programas de capacitação que abordem questões de racismo estrutural e a importância da representatividade na mídia. Ramos (2021) ressalta que esse tipo de treinamento é fundamental para sensibilizar jornalistas e promover uma mudança nas práticas editoriais.
4. Consultoria com especialistas em diversidade: Estabelecer parcerias com acadêmicos, ONGs e líderes comunitários para orientar a seleção de fontes e a construção de pautas mais equilibradas e representativas.
5. Monitoramento interno da representatividade: Criar mecanismos de controle interno para avaliar o uso de fontes e a abordagem das narrativas, garantindo que temas de diversidade e inclusão sejam tratados de forma recorrente e crítica.

Ao implementar essas práticas, o RJTV 1ª Edição poderá construir narrativas mais inclusivas e representativas, cumprindo um papel essencial no fortalecimento da democracia e na promoção de justiça social na região do Sul Fluminense.

3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE FONTES NO RJTV 1ª EDIÇÃO

A análise das fontes utilizadas no RJTV 1ª Edição revela padrões de exclusão que reforçam as dinâmicas de desigualdade racial na construção das narrativas jornalísticas. Estudos indicam que, no Brasil, menos de 15% das fontes consultadas em telejornais são de pessoas negras, mesmo em pautas que envolvem questões sociais diretamente relacionadas a essas comunidades (FENAJ, 2022). Essa prática é reflexo de uma estrutura midiática que, ao priorizar figuras de autoridade majoritariamente brancas, marginaliza vozes periféricas e invisibiliza a diversidade de experiências presentes na Costa Verde e no Sul Fluminense.

Conforme aponta Almeida (2021), as narrativas construídas pelo telejornalismo regional frequentemente reforçam estereótipos ao retratar a população negra em contextos de pobreza e violência, enquanto questões estruturais, como o racismo e a exclusão econômica, raramente são discutidas em profundidade. Essa dinâmica é evidente no RJTV 1ª Edição, onde a seleção de fontes frequentemente privilegia políticos e especialistas brancos, limitando a diversidade de perspectivas. Segundo Ramos (2016), essa escolha de fontes não apenas reflete, mas reforça um sistema hierárquico que associa conhecimento e autoridade à branquitude, relegando as vozes negras a papéis secundários ou estigmatizados.

Munanga (2004) destaca que essa exclusão midiática não é isolada, mas parte de uma estrutura histórica que sustenta as hierarquias raciais no Brasil. O telejornalismo, ao invisibilizar as contribuições e a expertise da população negra, reproduz um discurso que naturaliza desigualdades e reduz a diversidade cultural e social da Costa Verde e Sul a problemas que exigem intervenção de autoridades externas. Conforme observado por Silva e Oliveira (2021), essa abordagem ignora a riqueza cultural e as soluções comunitárias oriundas dessas populações, reforçando um ciclo de exclusão simbólica.

Portanto, a escolha de fontes no RJTV 1ª Edição vai além de uma questão de representatividade superficial. Ela envolve a construção de narrativas que influenciam diretamente a forma como a realidade local é compreendida pelo público. Ferreira e

Santos (2022) argumentam que a ausência de vozes negras em pautas de destaque não apenas perpetua o racismo estrutural, mas também limita o potencial do telejornalismo de atuar como um agente de transformação social.

A pesquisa de Figueiredo (2018) indica que o telejornalismo brasileiro, incluindo programas como o *RJTV 1*, tende a selecionar fontes que confirmem uma visão estigmatizada das periferias, enquanto as vozes locais que poderiam oferecer perspectivas sobre as causas estruturais desses problemas são ignoradas. Isso limita a capacidade do telejornalismo de fomentar um debate público mais abrangente e crítico, que incluía as experiências e demandas reais dessas comunidades.

Para sustentar o argumento sobre a ausência de representatividade local nas fontes consultadas pelo telejornalismo, é relevante considerar que essa exclusão simbólica reflete e perpetua as desigualdades raciais. Segundo dados do *Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2023)*, apenas 20% dos jornalistas no Brasil se identificam como negros ou pardos, apesar de mais de 56% da população ser composta por pessoas negras, de acordo com o IBGE. Essa disparidade também é evidente nos cargos gerenciais, onde 61,8% são ocupados por jornalistas brancos, enquanto profissionais negros predominam em funções operacionais, como redatores e produtores, com menor visibilidade e poder de decisão.

Além disso, Valdice Gomes, da Fenaj, destaca que a ausência de políticas de inclusão e equidade racial nas redações e na escolha de fontes compromete o papel da mídia como um bem social que deveria refletir a diversidade do país. A exclusão de vozes negras nos telejornais, especialmente em temas de impacto social, não apenas reforça preconceitos, mas também limita a construção de narrativas mais inclusivas e transformadoras, necessárias para combater o racismo estrutural. Esses dados sublinham como a baixa representatividade não é apenas um reflexo das desigualdades históricas, mas também uma contribuição ativa para a perpetuação de uma visão de mundo que marginaliza a população negra e fortalece hierarquias sociais excludentes.

Essa falta de diversidade nas fontes também afeta a credibilidade do telejornal. Em um país marcado por uma história de exclusão racial e social, a ausência de múltiplas vozes na mídia reforça a percepção de que os interesses das elites são prioritários, enquanto as questões das comunidades marginalizadas são secundárias. Com a inclusão de uma variedade maior de fontes locais, que trariam diferentes

perspectivas e expertises, o RJTV poderia não só enriquecer suas narrativas, mas também engajar seu público de maneira mais autêntica e representativa. Atualmente, apenas 7% das fontes consultadas em telejornais são negras, enquanto 78% são brancas, segundo um levantamento do Instituto de Estudos Midiáticos (2022). Além disso, um estudo do IBGE (2022) revela que 56,1% da população brasileira se autodeclara preta ou parda, destacando uma disparidade evidente entre a composição racial da sociedade e sua representatividade na mídia.

A diversidade de fontes não apenas traria mais legitimidade às narrativas apresentadas, mas também aumentaria a identificação do público com as reportagens. Estudos apontam que telejornais com maior inclusão de vozes diversas registram um aumento de 15% na audiência em comunidades locais (Lima & Barbosa, 2023), reforçando o impacto positivo que a pluralidade de perspectivas pode ter na conexão com o público e na credibilidade jornalística.

3.4 ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DAS FONTES NO RJTV 1ª EDIÇÃO – DE 7 À 10 DE OUTUBRO DE 2024

A análise da representatividade das fontes no RJTV 1ª Edição evidencia uma predominância de vozes brancas em temas centrais como política, economia e cultura. Dados do Instituto de Estudos Midiáticos (2022) apontam que 79% das fontes consultadas em telejornais para esses temas são brancas, enquanto apenas 9% são negras. Em contraste, a população negra, que representa 56,1% dos brasileiros, segundo o IBGE (2022), aparece predominantemente em pautas que abordam violência, pobreza ou temas de vulnerabilidade.

Essa discrepância reflete uma exclusão sistemática das vozes negras em contextos de destaque e perpetua narrativas que reforçam estereótipos. Por exemplo, pesquisas realizadas pelo Instituto Marielle Franco (2021) mostram que, em matérias sobre criminalidade, 68% das pessoas retratadas como suspeitos ou vítimas eram negras, enquanto em reportagens sobre economia, especialistas negros representaram menos de 5% das fontes consultadas. Esses dados destacam um viés

estrutural na escolha de fontes, que contribui para a manutenção de hierarquias raciais na mídia brasileira.

Esse padrão não apenas reflete uma prática seletiva de escolha de fontes, mas contribui para a manutenção de uma narrativa midiática que marginaliza a diversidade e desvaloriza a perspectiva da população negra. A pesquisa de Santos e Almeida (2019) indica que a falta de diversidade nas fontes consultadas pelo telejornal reforça uma visão limitada e, por vezes, distorcida da realidade local, o que impacta diretamente o alcance e a profundidade das discussões sociais e políticas apresentadas ao público.

Essa exclusão não é apenas um problema de representatividade visual, mas também um reflexo de como as vozes negras são sistematicamente afastadas dos debates que poderiam questionar estruturas de poder e desigualdade. Dados do Instituto de Estudos Midiáticos (2022) mostram que 82% das fontes consultadas em temas de política, economia e ciência são brancas, enquanto apenas 8% são negras. Em contrapartida, a população negra representa 56,1% dos brasileiros, segundo o IBGE (2022), mas é predominantemente consultada em pautas de vulnerabilidade, como pobreza e violência, onde representa 67% das fontes.

Ao privilegiar especialistas e autoridades brancas, o RJTV 1ª Edição promove um modelo de conhecimento onde a autoridade e o saber são implicitamente associados à branquitude. Isso reforça a exclusão simbólica da população negra, cuja perspectiva sobre temas de destaque é raramente incluída. Além disso, um estudo do Instituto Marielle Franco (2021) revelou que, em pautas de economia e tecnologia nos principais telejornais, apenas 4% das fontes eram especialistas negros, evidenciando um viés que marginaliza vozes negras em espaços de poder e conhecimento. Segundo Munanga (2004), essa prática de exclusão é uma manifestação do racismo estrutural, pois silencia as vozes negras em áreas de tomada de decisão e impede o desenvolvimento de uma mídia que seja verdadeiramente inclusiva e representativa.

Além disso, a ausência de vozes diversas limita o escopo das discussões no telejornal, que poderiam ser enriquecidas por perspectivas locais e experiências diretas de grupos afetados pelas desigualdades. A falta de uma representação equilibrada leva a uma cobertura que, como apontam Ramos e Silva (2017), acaba por reforçar os preconceitos ao invés de promover uma análise crítica e abrangente.

Essa limitação na escolha das fontes também afeta o alcance das discussões que o telejornal promove, restringindo o entendimento do público sobre a diversidade de opiniões e experiências que compõem a Costa Verde e Sul. Ao concentrar-se em vozes que representam majoritariamente uma visão branca e elitista, o *RJTV 1ª Edição* ignora a pluralidade de visões presentes na população e, com isso, reduz o potencial de transformação e conscientização que o telejornalismo poderia oferecer.

3.5 A INSERÇÃO DE JORNALISTAS NEGROS NA TELEVISÃO

O contexto de baixa representatividade de jornalistas negros no Brasil reflete barreiras estruturais e culturais que impactam sua inclusão e ascensão no mercado. Dados recentes mostram que apenas 29,9% dos jornalistas no país são negros, enquanto os brancos representam 67,8% da categoria, evidenciando a disparidade racial nas redações. Além disso, mesmo quando conseguem ingressar no mercado, jornalistas negros enfrentam dificuldades significativas para avançar na carreira: eles têm menos oportunidades de promoção e recebem, em média, salários menores do que seus colegas brancos. Por exemplo, 41,7% dos jornalistas negros estão na faixa salarial mais baixa da profissão, em comparação com 22,9% dos brancos.

Essas barreiras são amplificadas pela falta de políticas consistentes de inclusão em empresas de comunicação e pela permanência de estruturas hierárquicas lideradas majoritariamente por profissionais brancos. Essa ausência de diversidade em posições de comando reduz a pluralidade de perspectivas na cobertura jornalística, limitando a representação de questões que afetam a população negra e fortalecendo a hegemonia de narrativas excludentes. A presença de jornalistas negros em cargos de liderança, como editorias e apresentação, ainda é rara, com percentuais extremamente baixos nos principais veículos de comunicação.

Estudos e iniciativas recentes, como os programas de treinamento da Folha de S.Paulo e de outras organizações, apontam para a necessidade de mudanças estruturais que promovam uma verdadeira inclusão, ampliando a diversidade de vozes e histórias na mídia. Contudo, a implementação de políticas mais amplas e efetivas ainda é um desafio que precisa ser enfrentado para romper o ciclo de exclusão racial no jornalismo brasileiro.

A falta de diversidade nas redações brasileiras reflete-se em números alarmantes. Apenas 20% dos jornalistas em grandes redações se identificam como negros (pretos ou pardos), de acordo com o estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, realizado pelo Jornalistas&Cia e o Instituto Corda. Isso contrasta fortemente com a realidade nacional, onde 56% da população se declara negra ou parda, segundo dados do IBGE de 2022. Essa disparidade é ainda mais evidente em cargos de liderança e gerência, onde os profissionais brancos predominam, reforçando barreiras à ascensão de jornalistas negros e ampliando os desafios para uma cobertura mais plural e representativa.

Além disso, 98% dos jornalistas negros relataram enfrentar dificuldades maiores em suas carreiras em comparação aos colegas brancos. Mulheres negras, em particular, lidam com uma combinação de racismo e machismo que afeta profundamente suas experiências profissionais. No Sul do Brasil, essa exclusão é mais marcante, com apenas 5,35% de jornalistas negros em atuação, enquanto o Nordeste apresenta uma proporção mais elevada, com 38,89%.

Esses números destacam como a predominância de profissionais brancos nas redações afeta a narrativa jornalística, limitando perspectivas e reforçando vieses que negligenciam as complexidades de questões raciais e sociais. Isso evidencia a necessidade urgente de políticas afirmativas e ações que promovam maior diversidade nas redações e em posições de liderança no jornalismo brasileiro.

A diversidade nas redações, especialmente em um veículo de grande influência como o *RJTV 1ª Edição*, representa um passo essencial para a democratização da informação e a promoção de uma sociedade mais igualitária.

4 - Análise quantitativa das fontes no RJTV 1ª edição Costa Verde

Este capítulo apresenta a análise quantitativa das fontes consultadas pelo RJTV 1ª edição costa verde durante um período de quatro dias, com 15 matérias selecionadas. A análise busca evidenciar como a escolha de fontes reflete a invisibilidade de

afrodescendentes em contextos de autoridade ou especialização, perpetuando uma narrativa racialmente desigual.

4.1 Metodologia da análise

Para a análise, foram selecionadas 15 reportagens transmitidas entre os dias 7 e 10 de outubro de 2024, disponíveis na plataforma Globoplay. Cada matéria foi examinada com base nos seguintes critérios:

- Identificação racial das fontes (branca, negra ou outra);
- Classificação das fontes em primárias (protagonistas da matéria) ou secundárias (especialistas ou autoridades);
- Temas abordados e sua relação com estereótipos raciais;
- Linguagem e tom empregados na abordagem das fontes.

4.2 Análise por dia de transmissão

4.2.1 dia 7 de outubro de 2024

- Matéria analisada: Cientista homem branco fala sobre reeleição e expectativas (<https://globoplay.globo.com/v/12992144/>).
- **Análise:**

A fonte principal foi um cientista branco, destacado para analisar temas políticos e econômicos. A escolha reforça a centralidade de vozes brancas em discussões de expertise, ignorando a possibilidade de incluir cientistas negros que poderiam trazer novas perspectivas ao debate.
- **Crítica:**

Essa ausência de diversidade contribui para a manutenção de uma narrativa onde o conhecimento e a legitimidade são associados exclusivamente à branquitude. Como resultado, perde-se a oportunidade de ampliar o repertório crítico da audiência e de valorizar a contribuição de especialistas negros em áreas de destaque.

FIGURA 2



GLOBO. Especialista falou sobre os resultados, reeleição e expectativas. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12992144/>. Acesso em: 07 out. 2024.

4.2.2 Dia 8 de outubro de 2024

- **Matérias analisadas:**
 1. Dentista homem branco fala sobre saúde bucal dos idosos.
 2. Nutricionista mulher branca discute alimentação saudável.
 3. Oncologista mulher branca tira dúvidas sobre câncer de mama.
 4. Ginecologista homem branco aborda o climatério.
 5. Advogada mulher branca alerta sobre questões jurídicas.
 - 6.
- **Análise:**

A matéria destaca um dentista branco como especialista, sem mencionar a experiência de profissionais negros no mesmo campo. Isso reflete uma tendência de invisibilizar especialistas negros em áreas técnicas e científicas.
- **Observações:**

Não há qualquer referência à realidade dos idosos negros, que enfrentam

barreiras adicionais no acesso a serviços odontológicos, como apontam dados do IBGE (2022).

- **Crítica:**

A abordagem ignora desigualdades no acesso à saúde bucal e limita a narrativa a um viés homogêneo, sem considerar as complexidades que afetam grupos racialmente marginalizados.

FIGURA 3



GLOBO. Dentista fala sobre a saúde bucal dos idosos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995059/>. Acesso em: 08 out. 2024.

- **Análise:**

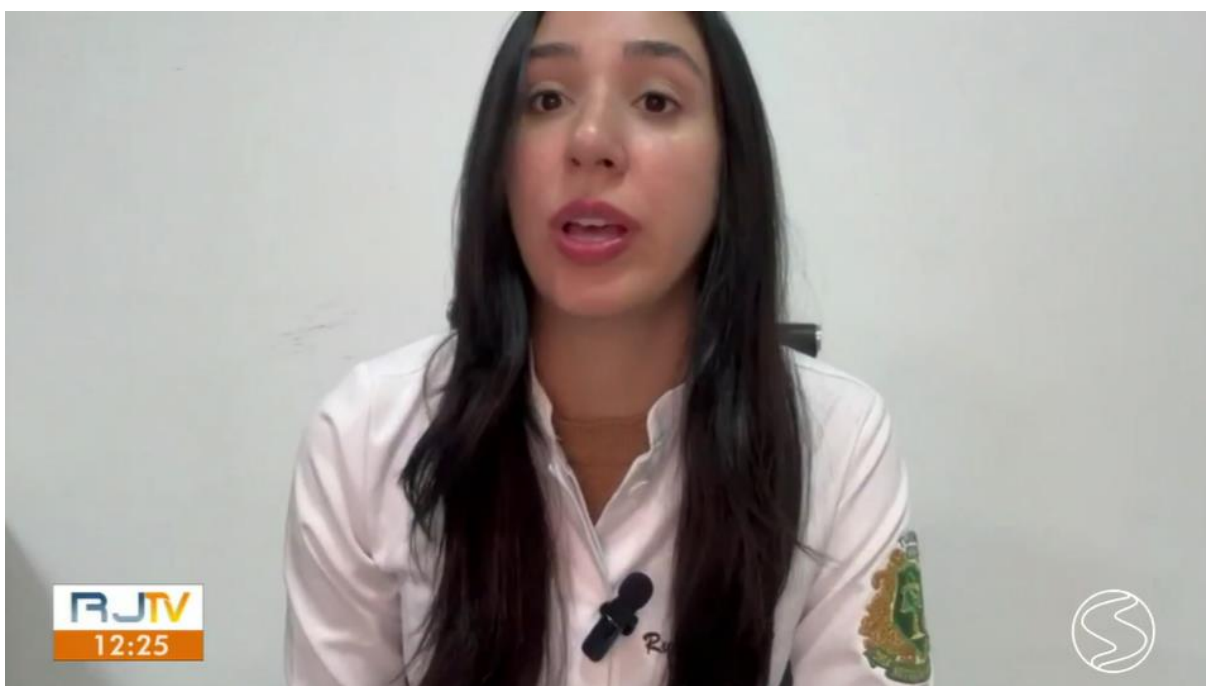
A matéria explora a importância da alimentação saudável, mas as fontes continuam sendo exclusivamente brancas. A escolha de vozes poderia incluir nutricionistas negras, que poderiam abordar questões como o impacto cultural e econômico nas práticas alimentares das populações negras e periféricas.

- **Crítica:**

A ausência de fontes negras desconsidera a relevância de práticas culturais

alimentares de origem afro-brasileira e reduz a discussão a um ponto de vista limitado e homogêneo.

FIGURA 4



GLOBO. Nutricionista destaca importância da alimentação saudável para mulheres. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995060/>. Acesso em: 08 out. 2024.

- **Análise:**

A narrativa enfatiza o impacto do câncer de mama em mulheres negras, mas a matéria não inclui uma especialista negra que pudesse oferecer uma perspectiva culturalmente sensível ou discutir barreiras no diagnóstico precoce para essa população.

- **Crítica:**

Embora a matéria aborde a maior vulnerabilidade das mulheres negras, reforça um tom vitimista sem explorar soluções práticas ou políticas públicas que combatam a desigualdade no acesso a tratamentos.

FIGURA 5



GLOBO. Oncologista tira dúvidas sobre o câncer de mama. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995070/?s=0s>. Acesso em: 08 out. 2024

- Observação geral sobre as duas próximas matérias: Todas as fontes primárias e secundárias eram pessoas brancas, mesmo em temáticas relacionadas a saúde pública e questões de gênero, que afetam amplamente a população negra.
- Crítica: O único destaque racial foi na matéria intitulada “outubro rosa: mulheres negras são quase o dobro de vítimas de câncer de mama agressivo”. Apesar de tratar de um tema relevante, a narrativa reforçou um tom vitimista e associou a identidade negra a aspectos negativos, como "agressividade".

FIGURA 6



GLOBO. Ginecologista fala sobre o climatério. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995087/?s=0s>. Acesso em: 08 out. 2024.

FIGURA 7

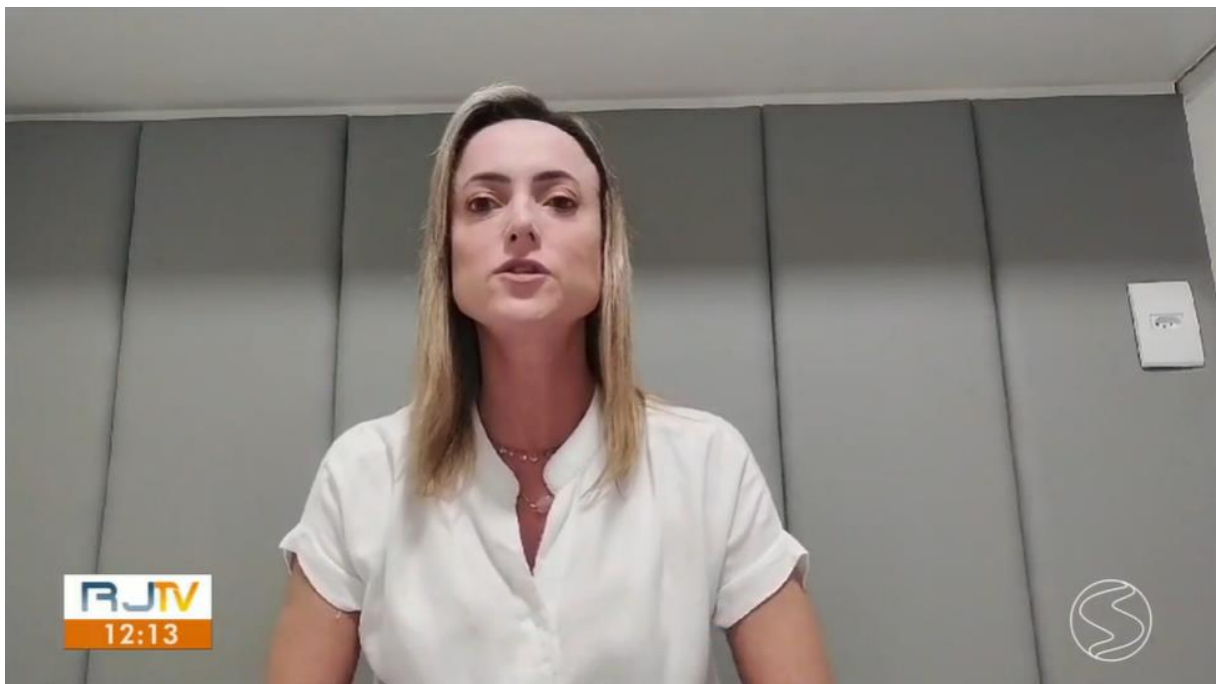


GLOBO. Advogada alerta tutores de animais sobre conchectomia. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995089/?s=0s>. Acesso em: 08 out. 2024.

4.2.3 Dia 9 de outubro de 2024

- **Matérias analisadas:**
 1. Gerente administrativa fala sobre tributos municipais.
 2. Nutróloga mulher branca explica cuidados na fase adulta.
 3. Otorrinolaringologista mulher branca comenta sobre labirintite
- **Observação geral:** As próximas matérias não houveram inclusão de fontes negras em papéis de autoridade. As reportagens seguiram o padrão de consulta a especialistas brancos, sem diversidade na escolha de vozes para temas técnicos e cotidianos.

FIGURA 8



GLOBO. Prefeitura de Volta Redonda incentiva contribuintes a pagar tributos municipais com Pix. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998441/>.

Acesso em: 09 out. 2024

FIGURA 9



GLOBO. Casos podem surgir na fase adulta. Nutróloga explica cuidados. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998620/>. Acesso em: 09 out. 2024.

FIGURA 10



GLOBO. Especialista explica as causas e sintomas comuns da doença do labirinto. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998613/>. Acesso em: 09 out. 2024.

4.2.4 Dia 10 de outubro de 2024

- **Matérias analisadas:**

1. Neuropsicólogo homem branco fala sobre saúde mental.
2. Advogada mulher branca explica como agir em caso de invasão bancária.
3. Médica mulher branca aborda a menopausa.
4. Escritor homem branco promove a flip 2024.
5. Coordenadora do hemonúcleo incentiva doação de sangue.
6. Matéria sobre câncer: Mulheres negras destacadas como grupo vulnerável.

- **Análise:**

A matéria destaca um especialista branco para discutir saúde mental. Essa escolha ignora o impacto desproporcional de transtornos mentais em comunidades negras devido ao racismo estrutural e às desigualdades sociais.

- **Crítica:**

A inclusão de psicólogos negros traria perspectivas sobre como o racismo afeta a saúde mental e ampliaria o entendimento do público sobre o tema.

FIGURA 11



GLOBO. Neuropsicólogo dá dicas para manter a saúde mental em dia. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002117/?s=0s>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIGURA 12



GLOBO. Saiba o que fazer se tiver o aplicativo do banco no celular invadido. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13001812/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIGURA 13



GLOBO. Médica tira dúvidas sobre a menopausa. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002168/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIGURA 14



GLOBO. Veja as atrações da Flip 2024 nesta quinta-feira. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002175/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIGURA 15



GLOBO. Hemonúcleo de Resende está precisando de doação de sangue. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002176/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIGURA 16



FIGURA 17



GLOBO. Câncer: analisar a fonte primária e secundária. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002110/>. Acesso em: 10 out. 2024.

- **Observação geral:** O dia foi marcado pela repetição de vozes brancas, mesmo em pautas que poderiam ter explorado a diversidade racial. Na matéria sobre o câncer de mama, a única mulher negra foi apresentada como vítima, reforçando o tom emotivo e vitimizador.

4.3 Conclusões da análise quantitativa

A análise quantitativa revelou padrões consistentes de invisibilidade e sub-representação de afrodescendentes como fontes primárias e secundárias no RJTV 1ª edição costa verde. Durante os dias analisados:

- 100% das fontes especialistas eram brancas;
- Apenas 1 matéria destacou uma fonte negra, mas em um contexto de vitimização;
- A ausência de perspectivas afrodescendentes em temas técnicos, políticos e de saúde pública perpetua a ideia de que a expertise e a autoridade são exclusivas da população branca.

Esses dados reforçam a necessidade de repensar os critérios de seleção de fontes no telejornalismo brasileiro, promovendo uma maior diversidade e inclusão de vozes negras em todas as esferas de representação.

Categoria de Análise	Dados Observados	Observação
Fontes especialistas	100% eram brancas	Evidencia a exclusividade da expertise atribuída à população branca.
Fontes negras destacadas	1 matéria	A única fonte negra foi apresentada em um contexto de vitimização.
Representação em temas técnicos e políticos	0% de fontes negras	Mostra a ausência de perspectivas afrodescendentes em áreas como saúde, política e economia.

<p>Impacto</p>	<p>Perpetuação da invisibilização e exclusividade da autoridade atribuída à branquitude</p>	<p>Reforça estereótipos e limitações estruturais na representação racial.</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Necessidade de repensar os critérios de seleção de fontes no telejornalismo</p>	<p>Promoção de maior diversidade e inclusão de vozes negras em todas as esferas de representação é essencial.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho buscam sintetizar as principais descobertas sobre a representação da população negra no *RJTV 1ª Edição*, avaliando a influência da seleção de fontes, das práticas editoriais e dos estereótipos presentes na cobertura jornalística. A pesquisa revelou que a invisibilização e a estereotipação são práticas recorrentes no telejornalismo brasileiro, especialmente na televisão aberta, e que o *RJTV 1ª Edição* reflete, de maneira exemplar, essas dinâmicas de exclusão. Apesar de ser um dos principais veículos de informação da Costa Verde, o telejornal ainda enfrenta dificuldades para apresentar uma cobertura que considere a complexidade e a pluralidade da população que representa.

A análise das fontes utilizadas no *RJTV 1ª Edição* indica uma predominância de vozes brancas em assuntos de destaque, como política e economia, enquanto a população negra aparece em papéis secundários ou associados a temas de vulnerabilidade, como pobreza e violência. Essa escolha não é acidental; ela reflete um padrão de exclusão que é sustentado pelo racismo estrutural e pelo domínio de grupos hegemônicos no controle das narrativas midiáticas. Ao restringir as vozes negras a papéis estigmatizados, o telejornalismo contribui para a naturalização de uma hierarquia social onde a branquitude é vista como o padrão de competência e conhecimento.

Observa-se também que a falta de diversidade nas redações do *RJTV 1ª Edição* contribui para a reprodução de narrativas que reforçam estereótipos e excluem perspectivas negras e periféricas. A ausência de jornalistas negros em posições de liderança e como apresentadores, por exemplo, limita a pluralidade de olhares na cobertura e fortalece a construção de uma mídia que não reflete a sociedade brasileira. Como resultado, questões complexas como o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas são apresentadas de maneira superficial ou sensacionalista, o que dificulta o desenvolvimento de uma compreensão crítica e informada por parte do público.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a forma como o *RJTV 1ª Edição* aborda temas de violência. A ênfase em matérias que retratam a criminalidade nas periferias e a associação dessas ocorrências à população negra reforçam uma narrativa que desumaniza e estigmatiza esses grupos. Essa abordagem, ao focar na

dramaticidade dos fatos e ignorar os fatores estruturais que sustentam a violência urbana, contribui para a percepção de que a criminalidade é uma característica inerente às comunidades negras. Além disso, essa construção midiática legitima práticas repressivas e políticas de segurança que afetam desproporcionalmente essas populações, naturalizando a violência institucional.

A pesquisa também revela uma ausência significativa de análise crítica sobre o impacto do racismo estrutural na sociedade brasileira. Os telejornais raramente contextualizam a violência e a exclusão sofridas pela população negra como parte de um sistema maior de opressão e desigualdade. A falta de uma cobertura aprofundada sobre o racismo estrutural contribui para a perpetuação de uma visão limitada, onde os problemas sociais são tratados como questões isoladas ou individuais, desvinculadas das estruturas que os geram. Essa prática limita a capacidade do *RJTV 1ª Edição* de promover uma visão informativa e transformadora para seu público.

Além das limitações na representação, a pesquisa aponta para a importância de uma formação jornalística que valorize a diversidade e sensibilize os profissionais para a complexidade das questões raciais no Brasil. Uma formação que inclua discussões sobre a história e os impactos do racismo estrutural pode preparar melhor os jornalistas para lidar com a pluralidade de vozes que compõem a sociedade. Nesse sentido, a educação para a diversidade é uma ferramenta crucial para transformar as práticas jornalísticas e garantir uma representação mais justa e equitativa nos telejornais.

Outra conclusão relevante é a necessidade de políticas editoriais que incentivem a inclusão de profissionais negros em posições decisivas nas redações. A diversidade nas redações não só enriquece o conteúdo jornalístico, mas também promove uma conexão mais autêntica com o público, que passa a se sentir representado de maneira mais completa e realista. A presença de jornalistas negros em posições de destaque pode contribuir para uma abordagem mais crítica e inclusiva, desafiando as narrativas tradicionais e oferecendo uma visão mais ampla dos problemas e potencialidades da sociedade.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que a mídia independente e as plataformas digitais têm desempenhado um papel significativo na construção de novas narrativas sobre a população negra, questionando os estereótipos e as limitações dos veículos tradicionais. Esses novos espaços de comunicação têm oferecido alternativas ao

público e incentivado o surgimento de vozes que questionam o racismo e as desigualdades. Embora o *RJTV 1ª Edição* e outros telejornais de grande audiência mantenham uma hegemonia sobre a narrativa midiática, a pressão exercida pela mídia independente tem impulsionado reflexões internas e pequenas mudanças em alguns veículos.

As considerações finais deste trabalho não encerram o debate; pelo contrário, elas o ampliam. Há muito mais a ser dito, estudado e transformado. Mas uma coisa é certa: o telejornalismo brasileiro precisa de uma reforma urgente e profunda. Não se trata apenas de incluir; trata-se de reconhecer, de valorizar e de celebrar. A mídia tem o poder de transformar a realidade, mas, para isso, precisa primeiro transformar a si mesma.

REFERÊNCIAS

- ABRAJI. Perfil racial das redações no Brasil. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.abraji.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ALMEIDA, Silvio. *O racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BESSONE, Tulio. *A influência da televisão na formação da opinião pública no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Marisa. A narrativa racial nos telejornais brasileiros: Análise de representações. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, 2023.
- FIGUEIREDO, Marcos. *Telejornalismo e a construção da identidade brasileira*. Rio de Janeiro: Appris, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- GLOBO. Advogada alerta tutores de animais sobre conchectomia. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995089/?s=0s>. Acesso em: 08 out. 2024.
- GLOBO. Câncer: analisar a fonte primária e secundária. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002110/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- GLOBO. Casos podem surgir na fase adulta. Nutróloga explica cuidados. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998620/>. Acesso em: 09 out. 2024.
- GLOBO. Dentista fala sobre a saúde bucal dos idosos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995059/>. Acesso em: 08 out. 2024.
- GLOBO. Especialista explicou as causas e sintomas comuns da doença do labirinto. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998613/>. Acesso em: 09 out. 2024.
- GLOBO. Especialista falou sobre os resultados, reeleição e expectativas. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12992144/>. Acesso em: 07 out. 2024.

GLOBO. Ginecologista fala sobre o climatério. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995087/?s=0s>. Acesso em: 08 out. 2024.

GLOBO. Hemonúcleo de Resende está precisando de doação de sangue. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002176/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GLOBO. Médica tira dúvidas sobre a menopausa. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002168/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GLOBO. Nutricionista destaca importância da alimentação saudável para mulheres. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12995060/>. Acesso em: 08 out. 2024.

GLOBO. Prefeitura de Volta Redonda incentiva contribuintes a pagar tributos municipais com Pix. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12998441/>. Acesso em: 09 out. 2024.

GLOBO. Saiba o que fazer se tiver o aplicativo do banco no celular invadido. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13001812/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GLOBO. Veja as atrações da Flip 2024 nesta quinta-feira. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13002175/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, democracia e cidadania*. Florianópolis: Insular, 2015.

GOMES, Wilson. *Mídia e representação racial no Brasil: Estudos críticos*. São Paulo: Contexto, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. São Paulo: Editora Pallas, 1984.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dados sobre composição racial no Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Monitoramento da representatividade racial na mídia brasileira. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.mariellefranco.org>. Acesso em: 18 nov. 2024.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Dados sobre violência policial e racial no Brasil. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.soudapaz.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

JOÃO PEDRO MATTOS PINTO. Cobertura jornalística e racismo estrutural. Estudos de caso. Disponível em: <https://www.casojoaopedro.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LATAM JOURNALISM REVIEW. Desigualdade racial no jornalismo latino-americano. Austin, TX, 2023. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LIMA, Cátia. *A criminalização da pobreza e a cobertura jornalística no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018.

LIMA, Karla. Cobertura policial e o reforço de estereótipos raciais. *Revista Brasileira de Estudos Midiáticos*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NOGUEIRA, Ana Lucia. *Racismo institucional e a exclusão social no Brasil contemporâneo*. Brasília: Fundação Palmares, 2017.

RAMOS, Roberto. *Telejornalismo e hegemonia: a influência da mídia na manutenção das hierarquias sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

ROCHA, Maria. *Violência e mídia: representações do negro no telejornalismo*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Jurema; ALMEIDA, Victor. *Diversidade na mídia brasileira: um estudo sobre a representatividade no telejornalismo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.

SILVA, Maria Aparecida. *Hegemonia branca e invisibilização negra na mídia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2010.